
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ 4 (QUATRO) SÉRIES, SENDO A PRIMEIRA E A SEGUNDA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, E A TERCEIRA E A QUARTA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.

celebrado entre

LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.

como Emissora,

LIQ CORP S.A.

como Fiadora,

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
1 de março de 2018

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ 4 (QUATRO) SÉRIES, SENDO A PRIMEIRA E A SEGUNDA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, E A TERCEIRA E A QUARTA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

I. Como emissora e ofertante das Debêntures objeto desta Escritura de Emissão (conforme abaixo definidos):

LIQ PARTICIPAÇÕES S.A. (atual denominação de CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.), sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 407, 8º andar, CEP 01311-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 04.032.433/0001-80, neste ato representada na forma de seu estatuto social por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora” ou “Companhia”);

II. Como fiadora das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito das Debêntures e desta Escritura de Emissão (conforme abaixo definidos):

LIQ CORP S.A. (atual denominação de CONTAX-MOBITEL S.A.), sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beneditinos, nº15/17, parte, centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.313.221/0001-90, neste ato representada na forma de seu estatuto social por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Fiadora” ou “Liq Corp”); e

III. Como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido):

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3434, sala 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) (“Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu estatuto social por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”);

Sendo, a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”,

Vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 4 (Quatro) Séries, sendo a Primeira e a Segunda Séries Compostas por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, e a Terceira e a Quarta Séries Compostas por Debêntures Conversíveis em Ações, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Liq Participações S.A.” (“Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização Societária da Emissora: A Emissão das Debêntures objeto desta Escritura de Emissão e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição, serão realizadas nos termos do artigo 59, §§1º e 2º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor (“Lei das Sociedades por Ações”), do artigo 17, item “XXVI” do estatuto social da Emissora, da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta Restrita”), bem como a outorga da Garantia Real (conforme abaixo definido), em garantia ao pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), foram aprovadas pelo conselho de administração da Emissora, em reunião realizada em 1 de março de 2018 (“RCA da Oferta”), na qual foram deliberadas, dentre outras matérias, a (i) realização da Emissão e da Oferta Restrita das Debêntures, bem como seus respectivos termos e condições, conforme previstos nesta Escritura de Emissão; (ii) outorga da Garantia Real (conforme abaixo definido) pela Emissora e pela Liq Corp, nos termos previstos abaixo; (iii) formalização e contratação do Coordenador Líder (conforme definido

abaixo), dos assessores legais e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta Restrita, tais como o Escriturador (conforme abaixo definido), o Banco Liquidante (conforme abaixo definido), e a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM (“B3 - Segmento CETIP UTVM”), entre outros, podendo a administração da Companhia, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; (iv) autorização para a Fiadora outorgar a Fiança (conforme abaixo definido) e a Garantia Real (conforme abaixo definido); e (v) autorização à Diretoria ou a procuradores da Emissora para praticar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação da Emissão e à Oferta Restrita, incluindo esta Escritura de Emissão e o contrato de garantia que formalizará a Garantia Real (conforme abaixo definido), nos termos aprovados no âmbito da RCA da Oferta.

1.2. Autorização Societária da Fiadora. A outorga da Fiança (conforme abaixo definido) e da Garantia Real (conforme abaixo definido) pela Fiadora e a celebração desta Escritura de Emissão, inclusive seus eventuais aditamentos, foram aprovadas pela assembleia geral extraordinária de acionistas da Fiadora realizada em 1 de março de 2018 (“AGE da Fiadora”).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão das Debêntures e a Oferta Restrita serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA

2.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição, sendo obrigatório, não obstante, o envio dos comunicados de início e de encerramento da Oferta Restrita à CVM nos termos dos artigos 7º- A e 8º da Instrução CVM 476, respectivamente.

2.1.2. A Oferta Restrita deverá ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do §1º, inciso I, e do §2º, ambos do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, desde que sejam expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §4º, do referido Código, para o cumprimento desta obrigação, até o envio, à CVM, da comunicação de encerramento da Oferta Restrita.

2.2. Arquivamento e Publicação das atas da RCA da Oferta e AGE da Fiadora

2.2.1. A ata (a) da RCA da Oferta que autorizou a Emissão e a outorga da Garantia Real (conforme abaixo definido) será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”); e (ii) jornal Folha de São Paulo, edição nacional, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289, ambos da Lei das Sociedades por Ações; e (b) da AGE da Fiadora que aprovou a outorga da Fiança (conforme abaixo definido) e da Garantia Real (conforme abaixo definido) pela Fiadora e a celebração desta Escritura de Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”).

2.2.2. Os atos societários da Emissora e da Fiadora que, pela legislação aplicável, são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCESP e/ou na JUCERJA, conforme o caso, e publicados nos respectivos jornais de publicação da Emissora e no DOESP.

2.3. Arquivamento na JUCESP da Escritura de Emissão e seus eventuais Aditamentos

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) deverão ser levados a registro na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, e §3º, respectivamente, da Lei das Sociedades por Ações em até 10 (dez) Dias Úteis contados de sua respectiva assinatura. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais Aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após a data de obtenção do respectivo registro, devendo atender eventuais exigências que venham a ser formuladas pela JUCESP com base na legislação aplicável para fins do referido registro.

2.3.2. Em virtude da Fiança (conforme abaixo definido) prestada pela Fiadora, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais Aditamentos serão registrados, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de suas respectivas assinaturas, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (i) da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (ii) da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo certo que a Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais Aditamentos, devidamente registrados em tais cartórios, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.4. Depósito das Debêntures para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão depositadas na B3 - Segmento CETIP UTVM, em mercado de balcão organizado, para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição

de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 - Segmento CETIP UTVM, sendo as distribuições das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da B3 - Segmento CETIP UTVM.

2.4.2. As Debêntures serão depositadas em mercado de balcão organizado, para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3 - Segmento CETIP UTVM, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM.

2.4.3. Não obstante o previsto nas Cláusulas 2.4.1 e 2.4.2 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento, pela Emissora, das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares em vigor aplicáveis.

2.4.4. Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se (i) “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539”); e (ii) “Investidores Profissionais” aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM 539, sendo certo que, nos termos do artigo 9º-C da Instrução da CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social. Adicionalmente fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo primeiro do artigo 3º da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a participação, direta ou indireta, em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

3.2. Destinação dos Recursos

3.2.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Oferta Restrita e da Emissão das Debêntures serão utilizados pela Emissora da seguinte forma:

(a) observado o previsto no item (b) abaixo, os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da emissão das Debêntures serão integralmente destinados pela Emissora à liquidação de quaisquer obrigações financeiras devidas pela Emissora e/ou pela Liq Corp, conforme o caso, a título de principal e/ou juros remuneratórios, incluindo eventuais encargos aplicáveis, no âmbito das dívidas financeiras da Emissora e da Liq Corp detalhadas no Anexo I abaixo (quando em conjunto, “Dívidas Financeiras Endereçadas”); e

(b) os recursos líquidos obtidos pela Companhia com o exercício do direito de prioridade pelos seus acionistas no âmbito da emissão das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definidos) serão obrigatoriamente destinados pela Companhia aos credores das Dívidas Financeiras Endereçadas que optaram pela subscrição e integralização de tais Debêntures da Terceira Série e/ou Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definidos) por meio da utilização de seus créditos financeiros detidos contra a Emissora e/ou a Liq Corp, conforme o caso, representados pelas Dívidas Financeiras Endereçadas, e que, em razão de tal exercício do direito de prioridade pelos acionistas da Companhia no âmbito da emissão das Debêntures da Terceira Série e/ou Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definidos), conforme o caso, não venham a receber total ou parcialmente Debêntures da Terceira Série e/ou Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definido), conforme o caso, observado que, nesta hipótese tal pagamento (i) será operacionalizado através de aquisição facultativa, alinhada entre a Emissora e os credores, no caso dos credores das Dívidas Financeiras Endereçadas cujos títulos estiverem custodiados eletronicamente na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”); e (ii) será realizado fora do âmbito da B3, para os credores das Dívidas Financeiras Endereçada cujos títulos ou créditos não estiverem custodiados eletronicamente na B3.

3.3. Número da Emissão

3.3.1. A presente Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão será, inicialmente, de R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”), o qual não poderá ser aumentado, sendo que o valor total:

(a) das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) será, inicialmente, de R\$460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures (conforme abaixo definido);

(b) das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) será, inicialmente, de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures (conforme abaixo definido);

(c) das Debêntures da Terceira Série (conforme abaixo definido) será, inicialmente, de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures (conforme abaixo definido); e

(d) das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definido) será, inicialmente, de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures (conforme abaixo definido).

3.4.1.1. Na hipótese de cancelamento de uma série das Debêntures ou de alteração do número de Debêntures de determinada série em razão de sua distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita (observada a Quantidade Mínima de Emissão, conforme abaixo definido), na forma da Cláusula 3.8.12 abaixo, o Valor Total da Emissão e o valor total das Debêntures da respectiva série cancelada e/ou alterada, conforme o caso, serão ajustados de forma proporcional ao número de Debêntures da série cancelada e/ou alterada. Neste caso, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento, na forma do Aditamento anexo (Anexo II), ficando o Agente Fiduciário desde já autorizado a celebrá-lo, sem necessidade de realização prévia de Assembleia Geral de Debenturistas.

3.5. Número de Séries

3.5.1. A Emissão será realizada, inicialmente, em 4 (quatro) séries, compostas, respectivamente, pelas Debêntures da Primeira Série, pelas Debêntures da Segunda Série, pelas Debêntures da Terceira Série e pelas Debêntures da Quarta Série (conforme tais termos são definidos abaixo), sem prejuízo do previsto na Cláusula 3.8.12 abaixo.

3.5.2. Exceto em relação às referências expressas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série ou às Debêntures da Quarta Série (conforme tais termos são definidos abaixo) nesta Escritura de Emissão, todas as referências às “Debêntures” nesta Escritura de Emissão devem ser entendidas e interpretadas como referências às Debêntures da Primeira Série, às

Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série e às Debêntures da Quarta Série (conforme tais termos são definidos abaixo) em conjunto e indistintamente.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador

3.6.1. A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egidio Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”). A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 (“Escriturador”), sendo que tais definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador. O Escriturador será responsável por realizar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas em norma expedida pela CVM e/ou normas específicas expedidas pela B3 - Segmento CETIP UTVM.

3.7. Imunidade de Debenturistas

3.7.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.7.2. O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos da Cláusula 3.7.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador ou pela Emissora.

3.7.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 3.7.2. acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado ao Banco Liquidante e/ou ao Escriturador, conforme o caso, depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que

entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora e/ou o Banco Liquidante e Escriturador por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

3.8. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures objeto da Emissão, nos termos do “*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, Sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 4 (Quatro) Séries, sendo a Primeira e a Segunda Séries compostas por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, e a Terceira e a Quarta Séries compostas por Debêntures Conversíveis em Ações, da Liq Participações S.A.*”, celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (conforme abaixo definido) (“Contrato de Distribuição”), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de valores mobiliários na qualidade de instituições intermediárias da Oferta Restrita contratadas pela Emissora para atuar na estruturação e coordenação da Oferta Restrita (“Coordenador Líder”, quando se referir a instituição líder, “Coordenador”, quando considerado as demais instituições financeiras e, os “Coordenadores”, quando considerados todos em conjunto).

3.8.2. No âmbito da Oferta Restrita, a Emissão das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definidos) pela Emissora será realizada dentro do limite de capital autorizado da Emissora previsto em seu Estatuto Social, e será feita com exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas da Emissora para subscrição das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definidos), conforme o caso, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, do artigo 9-A, inciso I, da Instrução CVM 476 e do artigo 5º, § 4º, do Estatuto Social da Emissora. De forma a dar cumprimento ao disposto no artigo 9-A da Instrução CVM 476 e assegurar a participação dos atuais acionistas da Emissora na Oferta Restrita das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definidos), será concedida prioridade aos atuais acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Emissora (“Acionistas”) para a subscrição de até a totalidade das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definidos) a serem distribuídas por meio da Oferta Restrita, na proporção de suas participações acionárias no total de ações ordinárias representativas do capital social total da Emissora (“Oferta Prioritária das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série”).

3.8.3. Não será admitida a negociação ou cessão, total ou parcial, dos direitos de prioridade dos Acionistas a quaisquer terceiros, incluindo entre os próprios Acionistas, para fins de subscrição das

Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definidos) no âmbito da Oferta Prioritária das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série.

3.8.4. Após o atendimento da Oferta Prioritária das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série, a Oferta Restrita será realizada exclusivamente no Brasil, em conformidade com a Instrução CVM 476, com público alvo da Oferta Restrita composto exclusivamente por Investidores Profissionais. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”), sendo que, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.8.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Profissional e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de envio de informações para base dados, na forma da Cláusula 2.1 acima; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e na Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures, assim como com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

3.8.6. A Emissora e os Coordenadores não realizarão a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.8.7. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.8.8. O Plano de Distribuição elaborado pelos Coordenadores levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos estabelecidos no Contrato de Distribuição.

3.8.9. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores

Profissionais apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 e na presente Escritura de Emissão.

3.8.10. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, na forma estabelecida na Cláusula 2.4 acima, administrado e operacionalizado pela B3 - Segmento CETIP UTVM, bem como de acordo com o Plano de Distribuição.

3.8.11. Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, e (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

3.8.12. No âmbito da Oferta Restrita será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos do artigo 5º-A da Instrução CVM 476 e artigos 30 e 31 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, sendo que as Debêntures que não forem distribuídas no âmbito da Oferta Restrita deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora, bem como observado que a quantidade mínima de Debêntures para que seja realizada a emissão de Debêntures de uma determinada série será de 1 (uma) Debênture (“Quantidade Mínima de Emissão”).

3.9. Direito de Preferência

3.9.1. Não haverá direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definidos).

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1,00 (um real) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) das Debêntures (“Valor Nominal Unitário”).

4.2. Quantidades de Debêntures

4.2.1. Serão emitidas, inicialmente, 1.100.000.000 (um bilhão e cem milhões) Debêntures, quantidade essa que não poderá ser aumentada, sendo:

(a) 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões) debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”);

- (b) 140.000.000 (cento e quarenta milhões) debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”);
- (c) 200.000.000 (duzentos milhões) debêntures da terceira série (“Debêntures da Terceira Série”); e
- (d) 300.000.000 (trezentos milhões) debêntures da quarta série (“Debêntures da Quarta Série”).

4.2.1.1. Na hipótese de cancelamento de uma série das Debêntures ou de alteração do número de Debêntures de determinada série em razão de sua distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita, na forma da Cláusula 3.8.12 acima, o número total de Debêntures emitidas no âmbito da Emissão e a quantidade total das Debêntures da respectiva série cancelada e/ou alterada, conforme o caso, serão ajustados de forma proporcional ao número de Debêntures da série cancelada e/ou alterada. Neste caso, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento, na forma do Aditamento anexo (Anexo II), ficando o Agente Fiduciário desde autorizado a celebrá-lo, sem necessidade de realização prévia de Assembleia Geral de Debenturistas.

4.3. Data de Emissão

4.3.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será o dia 13 de março de 2018 (“Data de Emissão”).

4.4. Prazos e Datas de Vencimento

4.4.1. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo), de conversão das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), ou, ainda, de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme abaixo definido), conforme o caso:

- (a) as Debêntures da Primeira Série vencerão em 15 de dezembro de 2027 (“Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série”);
- (b) as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série vencerão em 15 de agosto de 2030 (“Data de Vencimento das Debêntures da Segunda e Terceira Séries”); e
- (c) as Debêntures da Quarta Série vencerão em 15 de maio de 2035 (“Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série” e, quando em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da

Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda e Terceira Séries, as “Datas de Vencimento”).

4.4.2. Nas respectivas Datas de Vencimento ou nas hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) das Debêntures, conforme o caso, a Emissora obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definido abaixo) e eventuais valores devidos e não pagos, bem como eventuais Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

4.5. Forma e comprovação de titularidade

4.5.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautelares ou certificados representativos das Debêntures.

4.5.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido em nome do Debenturista, emitido pela B3 - Segmento CETIP UTMV, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTMV.

4.6. Conversibilidade

4.6.1. As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

4.6.2. As Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série serão conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Emissora (código de negociação na B3: “CTAX3”) (“Ações”), nos termos do artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações e desta Cláusula 4.6.

4.6.3. As Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série, a exclusivo critério dos Debenturistas, poderão ser convertidas em Ações (i) pelo Preço de Referência (conforme abaixo definido), a qualquer tempo a partir da data de integralização das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série e por até 45 (quarenta e cinco) dias contados de tal data (“Período de Conversão I”); e (ii) pelo Preço de Referência Ajustado (conforme abaixo definido), trimestralmente, nos dias 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro (cada uma, uma “Data de Conversão do Período de Conversão II”), a partir do 46º (quadragesimo sexto) dia (inclusive) contado da data de integralização das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série e até que ocorra a

efetiva quitação de todas as obrigações pecuniárias da Companhia previstas nesta Escritura de Emissão (“Período de Conversão II” e, quando em conjunto com o Período de Conversão I, “Períodos de Conversão”), exceto: (1) nos dias em que haja assembleia geral de acionistas da Companhia; (2) durante o período compreendido entre (2.a) a publicação de edital de convocação pela Companhia para convocação de assembleia geral de acionistas da Companhia que tenha por objeto deliberar a respeito da distribuição de dividendos pela Companhia para o respectivo período em questão e (2.b) a data de realização de referida assembleia geral de acionistas da Companhia; e (3) na data de pagamento integral dos valores devidos pela Emissora no âmbito das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série, conforme aplicável, hipóteses nas quais as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série deverão ser convertidas no próximo dia útil imediatamente subsequente, conforme o caso.

4.6.4. A qualquer momento durante o Período de Conversão I e/ou o Período de Conversão II, conforme aplicável, cada uma das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série poderá ser convertida, a critério dos Debenturistas, em uma quantidade de Ações da Companhia a ser apurada de acordo com as seguintes fórmulas, conforme o Período de Conversão aplicável, sendo que a Conversão poderá se referir à parte ou à totalidade das Debêntures da Terceira Série ou das Debêntures da Quarta Série de titularidade do respectivo Debenturista:

(i) No caso do Período de Conversão I:

Quantidade de Ações = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável até a Data de Conversão (exclusive) / Preço de Referência

(ii) No caso do Período de Conversão II:

Quantidade de Ações = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável até a Data de Conversão (exclusive) / Preço de Referência Ajustado

4.6.4.1. Onde:

(i) “Quantidade de Ações”: corresponde à quantidade de Ações em que cada Debênture da Terceira Série e/ou Debênture da Quarta Série poderá ser convertida, desconsiderando-se eventuais frações de Ações;

- (ii) “Preço de Referência”: R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos), correspondente à média ponderada dos preços de fechamento por Ação dos 60 (sessenta) pregões da B3 imediatamente anteriores à 06 de julho de 2017; e
- (iii) “Preço de Referência Ajustado”: significa o Preço de Referência, atualizado trimestralmente, desde a data de integralização das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série até o término do Período de Conversão II, pela Remuneração das Debêntures da Terceira Série (conforme abaixo definido) ou pela Remuneração das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definido), conforme o caso, calculadas de forma *pro rata temporis* desde a data de início do Período de Conversão II até a respectiva data de conversão das Debêntures da Terceira Série ou das Debêntures da Quarta Série pelos Debenturistas.

4.6.5. Caso a quantidade total de Ações a que o Debenturista fizer jus em razão da conversão das Debêntures da Terceira Série ou das Debêntures da Quarta Série efetuada com base neste item não perfaça um número inteiro, as frações de ações deverão ser desconsideradas, a fim de se atingir um número inteiro de Ações, de forma que todos os Debenturistas que desejarem converter Debêntures da Terceira Série ou Debêntures da Quarta Série tenham direito a subscrever um número inteiro de Ações.

4.6.6. A quantidade de Ações em que cada Debênture da Terceira Série ou Debênture da Quarta Série poderá ser convertida, nos termos previstos acima, será automaticamente ajustada por qualquer bonificação, desdobramento ou grupamento de Ações, ou, ainda, redução do capital social da Companhia em que sejam canceladas Ações de emissão da Companhia, a qualquer título, que vier a ocorrer a partir da Data de Emissão. A conversão de qualquer Debênture da Terceira Série ou Debênture da Quarta Série em Ações implicará, automaticamente, o cancelamento da respectiva Debênture da Terceira Série ou Debênture da Quarta Série convertida, conforme o caso, bem como a perda dos direitos referentes à Debênture da Terceira Série ou Debênture da Quarta Série previstos nesta Escritura de Emissão.

4.6.7. As Ações advindas da conversão das Debêntures da Terceira Série ou das Debêntures da Quarta Série terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos de seu estatuto social, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia a partir da data de conversão, inclusive no que se refere ao direito à recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Conversão, de forma que não haja distinção entre as Ações decorrentes da conversão das Debêntures da Terceira Série ou das Debêntures da Quarta Série e as demais ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

4.6.8. Exclusivamente como benefício para a Conversão das Debêntures da Terceira Série, a Emissora emitirá bônus de subscrição aos Debenturistas titulares de Debêntures da Terceira Série que, a partir do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, exercerem seus direitos de Conversão das Debêntures da Terceira Série de que forem titulares, os quais conferirão a cada um dos Debenturistas titulares de Debêntures da Terceira Série o direito de subscrever 0,2 (dois décimos) de Ação para cada Ação decorrente da conversão de Debêntures da Terceira Série pelos Debenturistas com o exercício de seus direitos de Conversão, de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.6.9. Os Debenturistas titulares de Debêntures da Terceira Série e/ou de Debêntures da Quarta Série que desejarem converter suas Debêntures da Terceira Série e/ou Debêntures da Quarta Série em Ações, nos termos previstos acima, deverão exercer tal direito durante o Período de Conversão I ou o Período de Conversão II, conforme o caso, observado o previsto a seguir (“Solicitação de Conversão”):

(a) com relação às Debêntures da Terceira Série ou Debêntures da Quarta Série que estejam custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM, por meio dos procedimentos aplicáveis da B3 - Segmento CETIP UTVM, mediante a indicação da quantidade de Debêntures da Terceira Série ou Debêntures da Quarta Série de sua titularidade que serão objeto de Conversão; e

(c) com relação às Debêntures da Terceira Série ou Debêntures da Quarta Série que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM, por meio dos procedimentos aplicáveis do Escriturador, mediante a indicação da quantidade de Debêntures da Terceira Série ou Debêntures da Quarta Série de sua titularidade que serão objeto da conversão.

4.6.9.1. Os Debenturistas titulares de Debêntures da Terceira Série ou Debêntures da Quarta Série que desejarem converter suas Debêntures da Terceira Série ou Debêntures da Quarta Série em Ações, nos termos previstos acima, deverão enviar sua Solicitação de Conversão à B3 - Segmento CETIP UTVM e/ou ao Escriturador, conforme o caso, com cópia para o Agente Fiduciário e para a Emissora, conforme detalhado acima, e adotar as medidas operacionais que se façam necessárias para fins de conversão das Debêntures da Terceira Série ou Debêntures da Quarta Série no sistema aplicável da B3 - Segmento CETIP UTVM, observado que (i) as Debêntures da Terceira Série ou Debêntures da Quarta Série objeto de tal conversão somente serão consideradas convertidas em Ações na Data de Conversão, conforme previsto na Cláusula 4.6.12 abaixo; e (ii) com relação às conversões realizadas durante o Período de Conversão II, a Solicitação de Conversão deverá ser encaminhada à B3 - Segmento CETIP UTVM e/ou ao Escriturador (conforme aplicável) com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da Data de Conversão do Período de Conversão II em que se pretende realizar a conversão.

4.6.10. A B3 informará, nos termos da regulamentação aplicável, o Escriturador sobre a(s) conversão(ões) solicitada(s) pelo(s) Debenturista(s) dentro do respectivo Período de Conversão aplicável.

4.6.11. O Escriturador será responsável por (i) realizar o controle e a confirmação da Solicitação de Conversão e a verificação da quantidade de Debêntures da Terceira Série ou Debêntures da Quarta Série de titularidade do respectivo Debenturista; e (ii) informar, na mesma data em que receber referida comunicação da B3, a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Liquidante, sobre referida comunicação.

4.6.12. Para todos os efeitos legais, será considerada como a data de conversão das Debêntures da Terceira Série ou das Debêntures da Quarta Série, para os fins aqui previstos, a data de confirmação, pelo Escriturador, nos termos do item (ii) da Cláusula 4.6.10 acima, da Solicitação de Conversão enviada pelo(s) respectivo(s) Debenturista(s) (“Data de Conversão”), nos termos da Cláusula 4.6.10. acima, observado, com relação ao Período de Conversão II, que a Data de Conversão será a Data de Conversão do Período de Conversão II aplicável.

4.6.13. A Emissora, uma vez recebida a confirmação do Escriturador acerca da Solicitação de Conversão enviada pelo(s) respectivo(s) Debenturista(s), na forma do item “(ii)” da Cláusula 4.6.10 acima, deverá (a) adotar, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da Data de Conversão, todos os procedimentos que se façam necessários para fins de Conversão das Debêntures da Terceira Série ou das Debêntures da Quarta Série solicitada pelo respectivo Debenturista em questão, incluindo a obtenção de todas e quaisquer ratificações ou homologações societárias que se façam necessárias para tanto, bem como depositar no Escriturador, que também é a instituição escrituradora das Ações, a quantidade de Ações correspondente à quantidade de Debêntures da Terceira Série ou Debêntures da Quarta Série objeto de Conversão, sendo que quaisquer tributos e despesas relacionados ao depósito deverão ser pagos pela Emissora.

4.6.14. A conversão de qualquer Debênture da Terceira Série ou Debênture da Quarta Série em Ações implicará, automaticamente, o cancelamento da respectiva Debênture da Terceira Série ou Debênture da Quarta Série, conforme o caso, bem como a perda dos direitos referentes às Debêntures da Terceira Série ou às Debêntures da Quarta Série convertidas previstos nesta Escritura de Emissão.

4.7. Espécie

4.7.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, com garantia adicional fidejussória.

4.8. Garantias

4.8.1. Garantia Fidejussória.

4.8.1.1. A Fiadora, neste ato, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos no âmbito das Debêntures, que compreende seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável, e todos os seus acessórios, aí incluídos, mas não se limitando, os Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) e outros acréscimos, inclusive eventuais custos comprovadamente incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e interesses relacionados às Debêntures, e à execução da Fiança, conforme os artigos 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Fiança”, “Obrigações Garantidas” e “Código Civil”, respectivamente)

4.8.1.2. Na hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido), os valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, às Obrigações Garantidas, serão devidos e deverão ser pagos pela Fiadora no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva comunicação enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e à Fiadora informando-as sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.8.1.3. A Fiança entrará em vigor na data de assinatura desta Escritura de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral das Obrigações Garantidas. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.8.1.4. Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada (i) será realizado fora do âmbito da B3 - Segmento CETIP UTVM e de acordo com as instruções recebidas pelo Agente Fiduciário conforme orientação dos Debenturistas e com os procedimentos previstos nesta Escritura de Emissão; e (ii) será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.8.1.5. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, do Código Civil,

e no artigo 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

4.8.1.6. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.8.1, observado, entretanto, que a Fiadora desde já concorda e obriga-se a exigir, compensar e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Fiadora nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.8.1.7. A Fiadora concorda e se obriga a, caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, repassar tal valor aos Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, para pagamento aos Debenturistas.

4.8.1.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

4.8.1.9. A Fiança prestada nos termos nesta Cláusula 4.8.1 vincula a Fiadora, bem como sua(s) sucessora(s) a qualquer título, devendo sua(s) respectiva(s) sucessora(s), a qualquer título, assumir prontamente a Fiança prestada nos termos desta Escritura de Emissão. Nessa hipótese, a presente Escritura de Emissão deverá ser devidamente aditada, após prévia aprovação dos Debenturistas, para que constem os dados da(s) sucessora(s) da Fiadora no âmbito da Fiança, sendo que o respectivo aditamento deverá ser registrado nos cartórios indicados na Cláusula 2.3.2 acima.

4.8.2. *Garantia Real.*

4.8.2.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas a Emissora constituirá garantia real, na forma de cessão fiduciária, sobre as Contas Receita e a Conta Reserva (conforme abaixo definido) em favor (i) do Agente Fiduciário, em nome e benefício dos Debenturistas; e (ii) dos demais credores das Dívidas Financeiras Endereçadas (“Direitos Cedidos Fiduciariamente”), de forma compartilhada, nos termos do “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Bancárias e Outras Avenças*” celebrado em 12 de dezembro de 2017 entre a Emissora e a Liq Corp, na

qualidade de cedentes e os credores das Dívidas Financeiras Endereçadas (“Contrato de Cessão Fiduciária”, “Garantia Real” e “Cessão Fiduciária”, respectivamente).

4.8.2.2. Observados os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária e nos demais instrumentos representativos das Dívidas Financeiras Endereçadas, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, desde já concordam que os Direitos Cedidos Fiduciariamente, bem como qualquer produto da excussão da Garantia Real, serão compartilhados pelos credores das Dívidas Financeiras Endereçadas nas proporções de seus créditos detidos contra a Emissora e/ou a Liq Corp, conforme o caso, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária.

4.9. Remuneração das Debêntures

4.9.1. Remuneração das Debêntures da Primeira Série.

4.9.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente.

4.9.1.2. As Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração correspondente à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “*over extragrupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 - Segmento CETIP UTVM no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de (i) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no período compreendido entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures (conforme abaixo definido) e 15 de dezembro de 2019 (exclusive); e (ii) 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2019 (inclusive) e a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (“Sobretaxa das Debêntures da Primeira Série” e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração das Debêntures da Primeira Série”).

4.9.1.3. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com o previsto, incluindo respectiva fórmula de cálculo, na Cláusula 4.9.3 abaixo.

4.9.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série.

4.9.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série não será atualizado monetariamente.

4.9.2.2. As Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série farão jus a uma remuneração correspondente à 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no período compreendido entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures (conforme abaixo definido) e a (i) Data de Vencimento das Debêntures da Segunda e Terceira Séries ou (ii) Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, conforme o caso (“Sobretaxa das Debêntures da Segunda, Terceira e Quarta Séries” e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração das Debêntures da Segunda, Terceira e Quarta Séries”, quando em referência às Debêntures da Segunda Série, às Debêntures da Terceira Série e às Debêntures da Quarta Série em conjunto; e “Remuneração das Debêntures da Segunda Série” ou “Remuneração das Debêntures da Terceira Série” ou “Remuneração das Debêntures da Quarta Série”, quando em referência às Debêntures da Segunda Série ou às Debêntures da Terceira Série ou às Debêntures da Quarta Série individualmente, respectivamente. A Remuneração das Debêntures da Segunda, Terceira e Quarta Séries, quando em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, são adiante denominadas, em conjunto, “Remuneração”).

4.9.2.3. A Remuneração das Debêntures da Segunda, Terceira e Quarta Séries será calculada de acordo com o previsto, incluindo respectiva fórmula de cálculo, na Cláusula 4.9.3 abaixo.

4.9.3. *Cálculo e Fórmula de Cálculo da Remuneração das Debêntures.*

4.9.3.1. A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) de cada Debênture da Primeira Série, Debênture da Segunda, Série Debênture da Terceira Série ou Debênture da Quarta Série, conforme o caso, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures (conforme abaixo definido) ou da última data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou da Remuneração das Debêntures da Segunda, Terceira e Quarta Séries (inclusive), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator\ de\ Juros - 1)$$

Sendo que:

“J” = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, Remuneração das Debêntures da Segunda Série, Remuneração das Debêntures da Terceira Série, ou Remuneração das Debêntures da Quarta Série (conforme o caso) devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“VNe” = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da Primeira Série, Debênture da Segunda, Série Debênture da Terceira Série ou Debênture da Quarta Série, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator Juros” = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator\ Juros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

“FatorDI” = produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Sendo que:

“k” = número de ordem das Taxas DI-Over, sendo "k" um número inteiro

“n” = número total de Taxas DI consideradas no Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, Remuneração das Debêntures da Segunda Série, Remuneração das Debêntures da Terceira Série, ou Remuneração das Debêntures da Quarta Série (conforme o caso), sendo “n” um número inteiro; e

“TDI_k” = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

“ DI_k ” = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela B3 - Segmento CETIP UTVM, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“Fator Spread” = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

“*spread*” = no caso da (A) Remuneração das Debêntures da Primeira Série: (i) 1,2500 (um inteiro e dois mil e quinhentos décimos de milésimos), no período compreendido entre a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido) e 15 de dezembro de 2019 (exclusive); e (ii) 2,5000 (dois inteiros e cinco mil décimos de milésimos), no período compreendido entre 15 de dezembro de 2019 (inclusive) e a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (inclusive); e (B) Remuneração das Debêntures da Segunda, Terceira e Quarta Séries: 2,5000 (dois inteiros e cinco mil décimos de milésimos), no período compreendido entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures (conforme abaixo definido) e a (i) Data de Vencimento das Debêntures da Segunda e Terceira Séries ou (ii) Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, conforme o caso, em ambos os casos dos itens (A) e (B), na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

“DP”: número de Dias Úteis entre a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido) das Debêntures ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro.

Observado, ainda:

(a) “Período de Capitalização”: Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido), no caso do primeiro Período de

Capitalização, ou na data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da respectiva Remuneração correspondente ao período em questão, conforme o caso. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;

(b) O fator resultante da expressão $(1 + TDik)$ deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório;

(c) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDik)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(d) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

(e) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

(f) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgada pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.3.2. Observado o disposto na Cláusula 4.9.3.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de “TDik”, a última Taxa DI divulgada oficialmente pela B3 até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.9.3.3. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação (“Período de Ausência da Taxa DI”) ou, ainda, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de aplicação por imposição ou limitação legal ou determinação judicial de aplicação da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do término do Período de Ausência da Taxa DI ou da data de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”), no modo e prazos estipulados nesta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e

regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração (“Remuneração Substitutiva”).

4.9.3.4. Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada para apuração de “TDIK”, a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.3.5. Caso Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da respectiva série, não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora em primeira ou segunda convocação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da respectiva série: (i) no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou (ii) em outro prazo, a ser definido a exclusivo critério dos Debenturistas na referida assembleia, desde que superior a 30 (trinta) dias e limitado às Datas de Vencimento das Debêntures, conforme o caso, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Primeira Data de Integralização das Debêntures (conforme abaixo definido) ou na data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior (conforme o caso), e, neste caso, será utilizada a última Taxa DI conhecida. As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora.

4.9.3.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas e não haja qualquer vedação legal quanto a sua utilização, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a ser utilizada a última Taxa DI conhecida anteriormente até data de tal divulgação.

4.9.3.7. Para os fins desta Escritura de Emissão: (i) consideram-se “Debêntures em Circulação”, todas as Debêntures subscritas e integralizadas, não resgatadas ou canceladas pela Emissora, em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria. Para efeitos de quórum de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco; e (ii) a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados declarados nacionais. Para as demais obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, o dia em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

4.9.3.8. Farão jus ao recebimento dos pagamentos referentes às Debêntures aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento das Debêntures.

Os pagamentos da Remuneração das Debêntures serão feitos pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da B3 - Segmento CETIP UTVM e/ou da B3, conforme aplicável.

4.10. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.10.1. Sem prejuízo dos pagamentos realizados em decorrência de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente amortizado pela Emissora de acordo com o previsto nas Cláusulas 4.10.2, 4.10.3, 4.10.4 e 4.10.5 abaixo, exceto se as Debêntures da Terceira Série e/ou as Debêntures da Quarta Série, conforme o caso, forem convertidas em Ações, nos termos da Cláusula 4.6 acima, ou ainda, nas hipóteses de resgate antecipado previstas nesta Escritura de Emissão.

4.10.2. *Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série.*

4.10.2.1. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série deverá ser amortizado pela Companhia em parcelas trimestrais e sucessivas, sendo a primeira devida em 15 de março de 2020 (inclusive) e a última na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, de acordo com o seguinte cronograma de amortização:

Percentual de amortização (em relação ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série na Data de Pagamento)	Data de Pagamento
1,2500%	15 de março de 2020
1,2658%	15 de junho de 2020
1,2821%	15 de setembro de 2020
1,2987%	15 de dezembro de 2020
2,6316%	15 de março de 2021
2,7027%	15 de junho de 2021
2,7778%	15 de setembro de 2021
2,8571%	15 de dezembro de 2021
2,9412%	15 de março de 2022
3,0303%	15 de junho de 2022
3,1250%	15 de setembro de 2022
3,2258%	15 de dezembro de 2022
3,3333%	15 de março de 2023
3,4483%	15 de junho de 2023
3,5714%	15 de setembro de 2023

3,7037%	15 de dezembro de 2023
5,7692%	15 de março de 2024
6,1224%	15 de junho de 2024
6,5217%	15 de setembro de 2024
6,9767%	15 de dezembro de 2024
7,5000%	15 de março de 2025
8,1081%	15 de junho de 2025
8,8235%	15 de setembro de 2025
9,6774%	15 de dezembro de 2025
10,7143%	15 de março de 2026
12,0000%	15 de junho de 2026
13,6364%	15 de setembro de 2026
15,7895%	15 de dezembro de 2026
25,0000%	15 de março de 2027
33,3333%	15 de junho de 2027
50,0000%	15 de setembro de 2027
100,0000%	Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

4.10.3. *Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.*

4.10.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série deverá ser amortizado pela Companhia em uma única parcela, devida na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda e Terceira Séries.

4.10.4. *Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série.*

4.10.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série deverá ser amortizado pela Companhia em uma única parcela, devida na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda e Terceira Séries.

4.10.5. *Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série.*

4.10.5.1. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série deverá ser amortizado pela Companhia em (i) parcelas trimestrais, sendo a primeira devida em 15 de março de 2020

(inclusive) e a última em 15 de dezembro de 2027 (inclusive); e (ii) em uma parcela final, devida na Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, de acordo com o seguinte cronograma de amortização:

Percentual de amortização (em relação ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série na Data de Pagamento)	Data de Pagamento
0,6250%	15 de março de 2020
0,6289%	15 de junho de 2020
0,6329%	15 de setembro de 2020
0,6369%	15 de dezembro de 2020
1,2821%	15 de março de 2021
1,2987%	15 de junho de 2021
1,3158%	15 de setembro de 2021
1,3333%	15 de dezembro de 2021
1,3514%	15 de março de 2022
1,3699%	15 de junho de 2022
1,3889%	15 de setembro de 2022
1,4085%	15 de dezembro de 2022
1,4286%	15 de março de 2023
1,4493%	15 de junho de 2023
1,4706%	15 de setembro de 2023
1,4925%	15 de dezembro de 2023
2,2727%	15 de março de 2024
2,3256%	15 de junho de 2024
2,3810%	15 de setembro de 2024
2,4390%	15 de dezembro de 2024
2,5000%	15 de março de 2025
2,5641%	15 de junho de 2025
2,6316%	15 de setembro de 2025
2,7027%	15 de dezembro de 2025
2,7778%	15 de março de 2026
2,8571%	15 de junho de 2026
2,9412%	15 de setembro de 2026
3,0303%	15 de dezembro de 2026
4,1667%	15 de março de 2027
4,3478%	15 de junho de 2027
4,5455%	15 de setembro de 2027

4,7619%	15 de dezembro de 2027
100,0000%	Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série

4.11. Periodicidade do Pagamento da Remuneração das Debêntures

4.11.1. Periodicidade de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série.

4.11.1.1. Os pagamentos da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida pela Companhia serão realizados trimestralmente, em cada dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2019 (inclusive) e os demais pagamentos em períodos idênticos e sucessivos, sendo o pagamento final na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme abaixo definido) previstos nesta Escritura de Emissão, ou, ainda, de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme abaixo definido).

4.11.1.2. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série apurada em cada dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, a partir da Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido) das Debêntures (inclusive) até 15 de dezembro de 2018 (inclusive), deverão ser capitalizadas e incorporadas trimestralmente ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série, observado o cronograma de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série previsto acima.

4.11.2. Periodicidade de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série.

4.11.2.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida pela Companhia será realizado integralmente na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda e Terceira Séries, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme abaixo definido) previstos nesta Escritura de Emissão, de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme abaixo definido) ou, ainda, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.11.3. Periodicidade de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série.

4.11.3.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série devida pela Companhia será realizado integralmente na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda e Terceira Séries, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Série em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme abaixo definido) previstos nesta Escritura de Emissão, na hipótese de conversão das Debêntures da Terceira Série, de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme abaixo definido) ou, ainda, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.11.4. *Periodicidade de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série.*

4.11.4.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série devida pela Companhia será realizado (i) trimestralmente, em cada dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, a partir de 15 de março de 2019 (inclusive) até 15 de dezembro de 2023 (inclusive), observados os Percentuais de Capitalização Parcial da Remuneração das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definido) (“Período de Capitalização Parcial da Remuneração das Debêntures da Quarta Série”); e (ii) trimestralmente, em cada dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, a partir de 15 de março de 2024 (inclusive), até a Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da Quarta Série em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme abaixo definido) previstos nesta Escritura de Emissão, ou na hipótese de conversão das Debêntures da Quarta Série, de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme abaixo definido) ou, ainda, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.11.4.2. A Remuneração das Debêntures da Quarta Série incidente em cada dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, a partir da Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido) das Debêntures (inclusive) até 15 de dezembro de 2018 (inclusive), deverá ser capitalizada e incorporada trimestralmente ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Quarta Série, observado o cronograma de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série previsto acima.

4.11.4.3. Exclusivamente durante o Período de Capitalização Parcial da Remuneração das Debêntures da Quarta Série, a Remuneração das Debêntures da Quarta Série apurada em cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série deverá ser paga pela Emissora em moeda corrente nacional, de acordo com os percentuais indicados na tabela abaixo, sendo que o montante remanescente da Remuneração das Debêntures da Quarta Série devido, conforme apurado em cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série, deverá ser capitalizado e incorporado, ao final de cada trimestre do Período de Capitalização Parcial da Remuneração das Debêntures da Quarta

Série, ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Quarta Série a ser amortizado pela Emissora, observado o cronograma de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Quarta Série previsto acima (“Percentuais de Capitalização Parcial da Remuneração das Debêntures da Quarta Série”):

Data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série	Percentual de Remuneração das Debêntures da Quarta Série a ser pago pela Emissora em cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série	Percentual de Capitalização Parcial da Remuneração das Debêntures da Quarta Série aplicável em cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série
15 de março de 2019	50,000%	50,000%
15 de junho de 2019	50,000%	50,000%
15 de setembro de 2019	50,000%	50,000%
15 de dezembro de 2019	50,000%	50,000%
15 de março de 2020	55,000%	45,000%
15 de junho de 2020	55,000%	45,000%
15 de setembro de 2020	55,000%	45,000%
15 de dezembro de 2020	55,000%	45,000%
15 de março de 2021	65,000%	35,000%
15 de junho de 2021	65,000%	35,000%
15 de setembro de 2021	65,000%	35,000%
15 de dezembro de 2021	65,000%	35,000%
15 de março de 2022	75,000%	25,000%
15 de junho de 2022	75,000%	25,000%
15 de setembro de 2022	75,000%	25,000%
15 de dezembro de 2022	75,000%	25,000%
15 de março de 2023	85,000%	15,000%
15 de junho de 2023	85,000%	15,000%
15 de setembro de 2023	85,000%	15,000%
15 de dezembro de 2023	85,000%	15,000%

4.11.4.4. A partir de 15 de março de 2024 (inclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, a Remuneração das Debêntures da Quarta Série será integralmente paga em cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Quarta Série.

4.11.5. *Direito ao Recebimento da Remuneração das Debêntures.*

4.11.5.1. Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que forem Debenturistas da respectiva série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso. Os pagamentos da Remuneração das Debêntures serão feitos pela Emissora aos Debenturistas da respectiva série, de acordo com as normas e procedimentos aplicáveis da B3 - Segmento CETIP UTVM e/ou da B3, conforme aplicável.

4.12. Prazo e Formas de Subscrição e Integralização das Debêntures

4.12.1. Todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data, exceto pelas Debêntures da Primeira Série, as quais serão subscritas e integralizadas em duas datas distintas, sendo a primeira data de integralização das Debêntures da Primeira Série a mesma data de integralização das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série (“Primeira Data de Integralização”). A segunda data em que ocorrer a subscrição e integralização de Debêntures da Primeira Série será denominada (“Segunda Data de Integralização” e, em conjunto com a Primeira Data de Integralização, “Data de Integralização”).

4.12.2. Na Primeira Data de Integralização, as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Terceira Série e as Debêntures da Quarta Série serão subscritas e integralizadas no mercado primário, à vista, pelo seu Valor Nominal Unitário (“Preço de Subscrição das Debêntures da Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Séries”), de acordo com os procedimentos do MDA.

4.12.3. As Debêntures da Primeira Série subscritas e integralizadas após a Primeira Data de Integralização serão subscritas e integralizadas no mercado primário, à vista, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido (i) de ágio de 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) por Debênture da Primeira Série subscrita no âmbito da Segunda Data de Integralização; e (ii) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a Segunda Data de Integralização (“Preço de Subscrição das Debêntures da Primeira Série com Ágio”), de acordo com os procedimentos do MDA.

4.12.4. As Debêntures serão integralizadas à vista, pelo Preço de Subscrição das Debêntures da Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Séries e/ou pelo Preço de Subscrição das Debêntures da Primeira Série com Ágio, conforme o caso, na respectiva Data de Integralização, dentro do período de colocação, na forma dos artigos 7-A e 8º da Instrução CVM 476, (i) em moeda corrente nacional; ou (ii) no caso de Debêntures subscritas pelos credores das Dívidas Financeiras Endereçadas, por meio da capitalização do saldo devedor atualizado das Dívidas Financeiras Endereçadas, incluindo encargos remuneratórios e quaisquer

outros valores devidos pela Companhia no âmbito das Dívidas Financeiras Endereçadas, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 - Segmento CETIP UTVM e/ou à B3, conforme o caso.

4.12.5. No caso da integralização de Debêntures por credores das Dívidas Financeiras Endereçadas por meio do uso de seus créditos detidos contra a Companhia decorrentes das Dívidas Financeiras Endereçadas, haverá o cancelamento de tal crédito na proporção utilizada na integralização das Debêntures.

4.12.6. Nos termos do art. 9-A, inciso I, da Instrução CVM 476, será concedido direito de prioridade aos atuais acionistas da Companhia na subscrição da totalidade das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série.

4.13. Repactuação Programada

4.13.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.14. Local de Pagamento

4.14.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora nas datas estabelecidas para seus vencimentos, (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração e a eventuais Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM, por meio da B3 - Segmento CETIP UTVM; ou (ii) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM, por meio do Escriturador ou, (iii) com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Emissora, conforme o caso.

4.15. Prorrogação dos Prazos

4.15.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidirem com sábado, domingo, feriado declarado nacional ou dias em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, em virtude de lei ou ordem executiva, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3 - Segmento CETIP UTVM, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.16. Encargos Moratórios

4.16.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração aplicável, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) (“Encargos Moratórios”).

4.17. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.17.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.18. Publicidade

4.18.1. Exceto com relação a divulgação de comunicados e fatos relevantes, conforme estabelecido na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), que devem ser realizadas por meio de divulgação em portal de notícias com página na rede mundial de computadores utilizado habitualmente pela Emissora, nos termos da política de divulgação de informações adotada pela Emissora arquivada na CVM, todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos jornais (i) DOESP; e (ii) na Folha de São Paulo, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores (<http://ri.liq.com.br/>), conforme estabelecido no artigo 289 da Lei de Sociedades por Ações, observada as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais.

4.18.2. Sem prejuízo do previsto na Cláusula 4.18.1 acima, a Emissora poderá alterar os jornais de publicação por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, observado sempre os prazos legais e regulamentares aplicáveis previstos na legislação aplicável.

4.19. Aquisição Facultativa

4.19.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476, o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto nesta Cláusula 4.19, adquirir Debêntures no mercado secundário dos Debenturistas que assim desejarem e concordarem: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, desde que observe as regras expedidas pela CVM, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora (“Aquisição Facultativa”).

4.19.2. Caso a Emissora deseje realizar a Aquisição Facultativa das Debêntures, deverá comunicar todos Debenturistas por meio de publicação de aviso ou envio de notificação aos Debenturistas, na forma prevista nesta Escritura de Emissão, descrevendo os termos e condições da Aquisição Facultativa, incluindo: (i) o valor disponível pela Companhia para a realização da Aquisição Facultativa; (ii) a forma e o prazo de manifestação, à Emissora, pelos Debenturistas que optarem pela Aquisição Facultativa; (iii) a data efetiva para realização da Aquisição Facultativa e do pagamento das respectivas Debêntures; (iv) os termos e condições da Aquisição Facultativa para cada uma das séries de Debêntures, sendo que eventual percentual de ágio ou deságio sobre o Valor Nominal Unitário oferecido pela Companhia aos Debenturistas deverá ser o mesmo todas as séries de Debêntures (desde que observadas as regras que venham a ser expedidas pela CVM para aquisição facultativa realizada por valor superior ao valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário); e (v) quaisquer outras informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização da Aquisição Facultativa.

4.19.3. Os Debenturistas que optarem pela alienação de suas respectivas Debêntures no âmbito da Aquisição Facultativa deverão se manifestar, nos termos do Comunicado de Aquisição Facultativa, à Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do envio do Comunicado de Aquisição Facultativa. Ao final de tal prazo, a Emissora terá até 2 (dois) Dias Úteis para proceder, a seu exclusivo critério, proceder à Aquisição Facultativa, sendo certo que todas as Debêntures sujeitas à Aquisição Facultativa serão obrigatoriamente canceladas na mesma data.

4.19.4. Na hipótese de a adesão pelos Debenturistas exceder o valor disponível pela Companhia para a realização da Aquisição Facultativa, os Debenturistas que optarem pela alienação de suas respectivas Debêntures terão suas Debêntures adquiridas de forma proporcional à quantidade de Debêntures por eles oferecidas à Aquisição Facultativa, respeitados os termos e condições de cada série.

4.19.5. Para as Debêntures custodiadas na B3 - Segmento CETIP UTVM, no caso de Aquisição Facultativa observar-se-á o procedimento da B3 - Segmento CETIP UTVM para a operacionalização e pagamento das Debêntures objeto de tal Aquisição Facultativa.

4.20. Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série ou das Debêntures da Quarta Série

4.20.1. As Debêntures da Primeira Série não estarão sujeitas à resgate antecipado facultativo total ou parcial, excetuada a Oferta de Resgate Antecipado prevista na Cláusula 4.21 abaixo.

4.20.2. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, nos dias 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, a partir da Data de Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda e Terceira Séries ou a Data de Vencimento das Debêntures da Quarta Série, conforme o caso, realizar o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série, mediante notificação escrita enviada ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data pretendida para a realização do efetivo resgate antecipado facultativo, conforme os procedimentos operacionais da B3 - Segmento CETIP UTVM, para as Debêntures da Segunda Série, Debêntures da Terceira Série e Debêntures da Quarta Série custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM, ou, conforme o caso, do Banco Liquidante (“Resgate Antecipado Facultativo” e “Comunicação de Resgate”, respectivamente).

4.20.3. O Resgate Antecipado Facultativo parcial deverá ser precedido de sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e, uma vez exercida pela Emissora a opção do Resgate Antecipado Facultativo Parcial, tornar-se-á obrigatório para aqueles Debenturistas com relação às respectivas Debêntures da Segunda Série, Debêntures da Terceira Série e/ou Debêntures da Quarta Série sujeitas ao Resgate Antecipado Facultativo parcial, conforme sorteio.

4.20.4. As Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Terceira Série e/ou as Debêntures da Quarta Série serão resgatadas antecipadamente mediante pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo (“Valor de Resgate Antecipado Facultativo”), acrescido (i) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, da Remuneração das Debêntures da Terceira Série ou da Remuneração das Debêntures da Quarta Série, conforme o caso, calculadas *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, da Remuneração das Debêntures da Terceira Série ou da Remuneração das Debêntures da Quarta Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; e (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado.

4.20.5. Na Comunicação de Resgate deverá constar: **(i)** a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo e pagamento aos Debenturistas; **(ii)** se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações); **(iii)** a informação de que o Valor de Resgate Antecipado Facultativo corresponderá ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série ou das Debêntures da Quarta Série, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, da Remuneração das Debêntures da Terceira Série ou da Remuneração das Debêntures da Quarta Série, conforme o caso; e (b) demais encargos devidos e não pagos; e **(iv)** quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

4.20.6. Para as Debêntures custodiadas na B3 - Segmento CETIP UTVM, no caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures da Segunda Série, das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série, a operacionalização e pagamento do resgate antecipado parcial observará o procedimento da B3 - Segmento CETIP UTVM, sendo que todas as etapas para o Resgate Antecipado Facultativo parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures da Segunda Série, Debêntures da Terceira Série e/ou de Debêntures da Quarta Série a serem resgatadas detidas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da B3 - Segmento CETIP UTVM.

4.20.7. No caso do Resgate Antecipado Facultativo, a B3 - Segmento CETIP UTVM, o Banco Liquidante e o Escriturador deverão ser comunicados com no mínimo 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

4.20.8. As Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Terceira Série ou as Debêntures da Quarta Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

4.21. Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures

4.21.1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão das Debêntures e até as Datas de Vencimento, conforme o caso, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, a qual deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas de uma mesma série, observados os procedimentos e demais disposições previstas nesta Cláusula 4.21 (“Oferta de Resgate Antecipado”).

4.21.2. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio do envio de comunicação prévia ao Agente Fiduciário, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data pretendida para liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, e, na mesma data, por meio de publicação de aviso ou envio de notificação aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, na forma prevista nesta Escritura de Emissão (“Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado”).

4.21.3. O Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação mínima por Debenturistas (inclusive se de uma mesma série); (ii) a forma e prazo de manifestação, à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (iii) a data efetiva para realização do resgate antecipado e o pagamento das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado; (iv) os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado propostos pela Companhia para cada série das Debêntures, sendo que eventual percentual de ágio ou deságio sobre o Valor Nominal Unitário oferecido pela Companhia aos Debenturistas deverá ser o mesmo para todas as séries de Debêntures, observadas as regras expedidas pela CVM, bem como a legislação em vigor; e (v) quaisquer outras informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures sujeitas à Oferta de Resgate Antecipado.

4.21.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Oferta de Resgate Antecipado corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a última data de pagamento da Remuneração, inclusive, conforme o caso, até a data de pagamento da Oferta de Resgate Antecipado, exclusive, e, se for o caso, de demais encargos devidos e não pagos, acrescido de prêmio ou desconto, se houver, conforme definido pela Companhia no Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado.

4.21.5. A B3 - Segmento CETIP UTVM, a B3 e o Escriturador deverão ser comunicados pela Emissora sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de pagamento da Oferta de Resgate Antecipado.

4.21.6. Os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar, nos termos do Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis contados do envio do Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final de tal prazo, a Emissora terá até 2 (dois) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures sujeitas à Oferta de Resgate Antecipado serão obrigatoriamente resgatadas na mesma data.

4.21.7. Na hipótese de a adesão pelos Debenturistas exceder a quantidade de Debêntures objeto da Oferta de Resgate proposta pela Companhia para uma determinada série de Debêntures, adotar-se-á, observado o disposto na Cláusula 4.21.7.1 abaixo, o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que todas as etapas do processo, como validação, apuração e quantidade serão realizadas fora da B3. Em qualquer hipótese, as regras do sorteio deverão ser estabelecidas no sentido de fazer com que, na medida do permitido em lei, os Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado sejam resgatados proporcionalmente à quantidade de Debêntures por eles incluídas na Oferta de Resgate Antecipado.

4.21.8. Fica desde já certo e ajustado que, caso o resultado do sorteio faça com que a quantidade de Debêntures de um determinado Debenturista a ser resgatada, seja 1% (um por cento) ou mais inferior à quantidade de Debêntures que seriam resgatadas de tal Debenturista caso as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado fossem resgatadas de forma *pro rata* à quantidade incluída por cada Debenturista no sorteio de que trata a Cláusula acima (“Varição Máxima”), novo(s) sorteio(s) será(ão) realizado(s) até que o resultado não faça com que a quantidade de Debêntures de um determinado Debenturista a ser resgatada exceda a Varição Máxima.

4.21.9. A operacionalização e pagamento da Oferta de Resgate Antecipado será realizada conforme procedimentos adotados pela B3 - Segmento CETIP UTVM, pela B3 ou pelo Escriturador, conforme aplicável, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, apuração e validação das Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da B3 - Segmento CETIP UTVM.

4.21.10. A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser realizada: (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM, conforme procedimentos adotados pela B3 - Segmento CETIP UTVM; (ii) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, conforme procedimentos adotados pela B3; ou (iii) na sede da Emissora e/ou em conformidade com os procedimentos do Escriturador, no caso das Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM, conforme o caso.

4.21.11. As Debêntures resgatadas pela Emissora em razão da Oferta de Resgate Antecipado deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora, sendo vedada sua manutenção em tesouraria.

4.22. Amortizações Extraordinárias Antecipadas Parciais

4.22.1. A Emissora obriga-se a realizar, na forma descrita nas Cláusulas 4.22.1.1. (Mecanismo de Cash Sweep) e 4.22.1.2. (Amortizações Extraordinárias - Novos Endividamentos) abaixo, a amortização extraordinária parcial dos saldos devedores de principal das Dívidas Financeiras Endereçadas da Emissora e da Liq Corp indicadas nas tabelas da Cláusula 4.22.1.3. abaixo, conforme verificados no dia útil imediatamente anterior à data de envio de comunicação, pela Emissora, da Notificação de Amortização Extraordinária, conforme prevista na Cláusula 4.22.1.4. abaixo, independentemente das datas de vencimento de cada dívida financeira a ser amortizada extraordinariamente (em conjunto, “Amortizações Extraordinárias”), observado que quaisquer Amortizações Extraordinárias (i) estarão limitadas a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures; e (ii) serão sempre realizada de forma *pro rata* entre Debenturistas de uma determinada série, sem prejuízo dos Percentuais de Alocação Primários do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias (conforme abaixo definido).

4.22.1.1. Amortizações Extraordinárias - Mecanismo de Cash Sweep. Condicionado à verificação do Montante Mínimo Cash Sweep e observados os Percentuais de Alocação do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias (conforme abaixo definidos), a Emissora deverá, semestralmente, a partir de 30 de junho de 2018, destinar o valor depositado na Conta Reserva (conforme abaixo definido), caso este seja igual ou maior ao Montante Mínimo Cash Sweep (conforme abaixo definido) à realização das Amortizações Extraordinárias (“Mecanismo de Cash Sweep”).

4.22.1.1.1. Para fins do disposto na Cláusula 4.22.1.1. acima, a Emissora obriga-se a, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de cada Data de Verificação (conforme abaixo definido) (“Data de Transferência”), transferir para a Conta Reserva (conforme definido abaixo) a totalidade do montante do Caixa Emissora que exceder o Caixa Mínimo (“Caixa Excedente”) em referida Data de Verificação. A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, cópias dos extratos das contas correntes da Companhia e de suas subsidiárias (que não a Conta Livre Movimento) referentes ao mês anterior, nos quais devem constar, inclusive, os investimentos realizados pela Emissora e/ou pela Liq Corp (os quais são objeto da Cessão Fiduciária, conforme abaixo definido), para acompanhamento do valor do Caixa Excedente.

4.22.1.1.2. Caso, ao final de cada semestre findo em 30 de junho e de cada exercício social (“Período de Cash Sweep”), (i) não seja verificado que os recursos depositados na Conta Reserva excederam o Montante Mínimo Cash Sweep (conforme abaixo definido), a Emissora deverá manter na Conta Reserva a totalidade dos recursos ali depositados até o próximo Período de Cash Sweep; ou (ii) seja verificado que os recursos depositados na Conta Reserva excedem o Montante Mínimo Cash Sweep (conforme abaixo definido), a Emissora deverá destinar a totalidade dos recursos depositados na Conta Reserva (“Valor Disponível Cash Sweep” e, quando em conjunto com o Valor Disponível Novo Endividamento

(conforme definido abaixo), o “Valor Disponível Amortizações Extraordinárias”), para Amortização Extraordinária (“Amortizações Extraordinárias Cash Sweep”). Tal Amortização Extraordinária Cash Sweep deverá ocorrer em até 10 (dez) Dias Úteis contados do término de cada semestre findo em 30 de junho e de cada exercício social em que houver recursos depositados na Conta Reserva que excedam o Montante Mínimo Cash Sweep (conforme abaixo definido), observados os procedimentos previstos na Cláusula 4.22.1.4 e seguintes abaixo, sendo certo que, caso algum credor das Dívidas Financeiras Endereçadas deixe de praticar qualquer ato que seja necessário para realização de uma Amortização Extraordinária Cash Sweep (“Credor Silente”), então a Emissora poderá realizar a Amortização Extraordinária Cash Sweep aos credores das demais Dívidas Financeiras Endereçadas, deixando os recursos que seriam destinados ao Credor Silente para pagamento da Amortização Extraordinária Cash Sweep na Conta Reserva até que tal Credor Silente pratique os atos necessários para o recebimento dos recursos a que faz jus.

4.22.1.1.3. Para fins desta Escritura de Emissão:

“Caixa Emissora” significa os recursos imediatamente disponíveis em caixa da Emissora, da Liq Corp e de suas respectivas subsidiárias, incluindo toda e qualquer disponibilidade da Emissora, da Liq Corp e de suas respectivas subsidiárias, inclusive, decorrente de saldos bancários, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo de liquidez imediata, considerando-se, para tanto, exclusivamente as operações desenvolvidas pela Emissora, pela Liq Corp e suas respectivas subsidiárias no Brasil, descontados (i) o valor das parcelas vincendas no próximo semestre das dívidas de curto prazo da Emissora, da Liq Corp e suas respectivas subsidiárias (incluindo, mas não se limitando, a operações de risco sacado e dívidas de capital de giro de curto prazo) e (ii) quaisquer recursos decorrentes de Nova Captação depositados na Conta Livre Movimento (conforme abaixo definidos).

“Caixa Mínimo” significa o valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) do Caixa Emissora, valor este que será atualizado ao final de cada exercício social, a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 (inclusive), com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA”) nos últimos 12 (doze meses).

“Data de Verificação” significa 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano.

“Montante Mínimo Cash Sweep” significa o valor mínimo de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) depositado na Conta Reserva, valor este que será atualizado ao final de cada exercício social, a partir do

exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 (inclusive), com base na variação acumulada do IPCA nos últimos 12 (doze meses).

4.22.1.2. Amortizações Extraordinárias – Novos Endividamentos. Observados os Percentuais de Alocação do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias (conforme abaixo definidos), uma vez realizada a contratação de qualquer Novo Endividamento (conforme abaixo definido) pela Emissora e/ou suas subsidiárias, o Valor Disponível Novo Endividamento (conforme abaixo definido) deverá, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data na qual os recursos se tornarem disponíveis à Emissora e/ou suas subsidiárias, conforme o caso, ser destinado pela Emissora à realização das Amortizações Extraordinárias (“Amortizações Extraordinárias Novos Endividamentos”), observados os procedimentos previstos na Cláusula 4.22.1.4 e seguintes abaixo.

4.22.1.3. Para fins das Amortizações Extraordinárias, observar-se-á o seguinte:

(a) de forma a priorizar o pagamento das Debêntures da Primeira Série, enquanto existir saldo devedor das Debêntures da Primeira Série, as Amortizações Extraordinárias serão realizadas conforme os seguintes percentuais de alocação do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias (“Percentuais de Alocação Primários do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias”):

Dívida Endereçada	Percentual de Alocação do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias
Debêntures da Primeira Série	$[\text{Saldo devedor das Debêntures da Primeira Série} \times 2] / \text{Grupo X}$
Debêntures da 1ª Emissão	$\text{Saldo devedor das Debêntures da 1ª Emissão} / \text{Grupo X}$
Debêntures da 3ª Emissão	$\text{Saldo devedor das Debêntures da 3ª Emissão} / \text{Grupo X}$
Debêntures da 1ª Emissão CTX	$\text{Saldo devedor das Debêntures da 1ª Emissão CTX} / \text{Grupo X}$
Debêntures da 2ª Emissão	$\text{Saldo devedor das Debêntures da 2ª Emissão} / \text{Grupo X}$
Debêntures da Quarta Série	$\text{Saldo devedor das Debêntures da Quarta Série} / \text{Grupo X}$
Dívida Santander	$\text{Saldo devedor da Dívida Santander} / \text{Grupo X}$
Dívida BB	$\text{Saldo devedor da Dívida BB} / \text{Grupo X}$

Onde:

“Debêntures da 1ª Emissão” corresponde às debêntures da 1ª e 2ª séries da 1ª emissão de debêntures da Emissora;

“Debêntures da 3ª Emissão” corresponde às debêntures da 3ª emissão de debêntures da Emissora;

“Debêntures da 1ª Emissão CTX” corresponde às debêntures da 1ª emissão de debêntures da CTX Participações S.A., cujas obrigações foram assumidas pela Emissora;

“Debêntures da 2ª Emissão” corresponde às debêntures da 1ª série da 2ª emissão de debêntures da Emissora;

“Dívida Santander” significa a dívida representada pelo Instrumento Particular de Confissão e Pagamento de Dívida celebrado entre a Liq Corp, a Companhia e o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), em 11 de julho de 2017, conforme aditado em 01 de dezembro de 2017, em razão da execução, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES (“BNDES”), da Carta de Fiança nº 181049512 emitida pelo Santander em favor do BNDES em 19 de setembro de 2012, no âmbito do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0871.1 celebrado, em 11 de setembro de 2012, entre a Emissora, a Liq Corp e o BNDES;

Dívida BB” significa a dívida da Companhia junto ao Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças No. 22/01312-1 celebrado entre a Companhia, a Liq Corp e o Banco do Brasil em 06 de dezembro de 2017, em razão do exercício, pelos debenturistas da 2ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, da fiança bancária prestada pelo Banco do Brasil em garantia às obrigações da Emissora no âmbito das debêntures da 2ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, nos termos do Contrato de Prestação de Fiança nº 40/00837-1 celebrado entre a Emissora e o Banco do Brasil em 30 de agosto de 2012, conforme aditado em 04 de fevereiro de 2016, e da Carta de Fiança nº 40/00837-1; e

“Grupo X” corresponde ao somatório dos saldos devedores das Dívidas Financeiras Endereçadas, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Grupo X} = [\text{saldo devedor das Debêntures da Primeira Série} \times 2] + \text{saldo devedor das Debêntures da 1ª Emissão} + \text{saldo devedor das Debêntures da 3ª Emissão} + \text{saldo devedor das Debêntures da 1ª Emissão CTX} + \text{saldo devedor das Debêntures da 2ª Emissão} + \text{saldo devedor das Debêntures da Quarta Série} + \text{saldo devedor da Dívida Santander} + \text{saldo devedor da Dívida BB}$$

(b) uma vez que o saldo devedor das Debêntures da Primeira Série seja integralmente quitado pela Emissora, as Amortizações Extraordinárias passarão a ser realizadas conforme os seguintes percentuais de alocação do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias (“Percentuais de Alocação Secundários”

do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias” e, quando em conjunto com os Percentuais de Alocação Primários do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias, “Percentuais de Alocação do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias”):

Dívida Endereçada	Percentual de Alocação do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias
Debêntures da 2ª Emissão	Saldo devedor das Debêntures da 2ª Emissão / Grupo Y
Debêntures da Quarta Série	Saldo devedor das Debêntures da Quarta Série / Grupo Y
Debêntures da 1ª Emissão	Saldo devedor das Debêntures da 1ª Emissão / Grupo Y
Debêntures da 3ª Emissão	Saldo devedor das Debêntures da 3ª Emissão / Grupo Y
Debêntures da 1ª Emissão CTX	Saldo devedor das Debêntures da 1ª Emissão CTX / Grupo Y
Debêntures da Terceira Série	Saldo devedor das Debêntures da Terceira Série / Grupo Y
Debêntures da Segunda Série	Saldo devedor das Debêntures da Segunda Série / Grupo Y
Dívida Santander	Saldo devedor da Dívida Santander / Grupo Y
Dívida BB	Saldo devedor da Dívida BB / Grupo Y

Onde:

“Grupo Y” corresponde ao somatório dos saldos devedores das Dívidas Financeiras Endereçadas, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

Grupo Y = saldo devedor das Debêntures da 1ª Emissão + saldo devedor das Debêntures da 3ª Emissão + saldo devedor das Debêntures da 1ª Emissão CTX + saldo devedor das Debêntures da 2ª Emissão + saldo devedor das Debêntures da Quarta Série + saldo devedor das Debêntures da Terceira Série + saldo devedor das Debêntures da Segunda Série + saldo devedor da Dívida Santander + saldo devedor da Dívida BB

4.22.1.4. No âmbito das Amortizações Extraordinárias, a Emissora obriga-se a enviar comunicação à B3 - Segmento CETIP UTVM, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, bem como para as demais partes que se fizerem necessárias, sobre a realização da respectiva Amortização Extraordinária (“Notificação de Amortização Extraordinária”), com ao menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data da referida Amortização Extraordinária.

4.22.1.4.1. A Notificação de Amortização Extraordinária deverá conter, no mínimo, (i) os saldos devedores das dívidas a serem endereçadas no âmbito de tal amortização; (ii) os Percentuais de Alocação do Valor Disponível Amortizações Extraordinárias aplicáveis ao caso em questão, bem como o efetivo Valor Disponível Amortizações Extraordinárias que será aplicado; e (iii) a data em que a respectiva Amortização Extraordinária ocorrerá, a qual deverá ser necessariamente um Dia Útil e a mesma data para todos os credores das Dívidas Financeiras Endereçadas, observadas as regras e procedimentos aplicáveis da B3 - Segmento CETIP UTVM e os termos e condições (inclusive prazos) previstos nos instrumentos das Dívidas Financeiras Endereçadas que serão objeto das Amortizações Extraordinárias.

CLÁUSULA QUINTA – VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nesta Cláusula Quinta, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas, todas as obrigações decorrentes das Debêntures constantes desta Escritura de Emissão, observado o disposto na Cláusula 5.1.3 abaixo, e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou Fiadora do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração aplicável devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora e/ou pela Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses, conforme cada série de Debêntures (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

5.1.1. *Eventos de Inadimplemento das Debêntures:*

- a) apresentação de pedido, proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial, pela Emissora e/ou Fiadora, extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, decretação de falência da Emissora e/ou Fiadora ou pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido no prazo legal nos termos da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada;
- b) não cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a obrigação se tornou devida;
- c) incorporação, incorporação de ações, fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Fiadora, salvo se (i.1) a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas ou (i.2) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o

prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento; (ii) nas operações envolvendo subsidiárias integrais ou sociedades cuja participação societária seja, de forma direta ou indireta, integralmente detidas pela Emissora. Não obstante o previsto neste item, fica desde já previamente autorizada a realização da Incorporação Previamente Autorizada, conforme previsto na cláusula 5.9 abaixo;

- d) cisão e/ou qualquer outra operação societária de efeito similar da Emissora e/ou da Liq Corp;
- e) aquisição originária do controle da Emissora ou caso a Emissora deixe de deter o controle direto ou indireto da Fiadora (tendo controle o significado que lhe é atribuído no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação;
- f) no âmbito das demais Dívidas Financeiras Endereçadas (1) alteração das datas de pagamento de juros e/ou amortização de principal, de forma a antecipar as respectivas datas de pagamento ou aumentar a periodicidade dos pagamentos devidos pela Emissora e/ou pela Liq Corp, conforme o caso; ou (2) alteração dos montantes de amortização e de remuneração e/ou redução dos prazos de carência de forma a antecipar pagamentos devidos pela Emissora e/ou pela Liq Corp, conforme o caso;
- g) violação, pela Emissora e/ou Fiadora e/ou qualquer de suas controladas, da Lei Anticorrupção (conforme abaixo definido);
- h) não cumprimento, pela Emissora e/ou Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, desde que não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo descumprimento;
- i) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou Fiadora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- j) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;

- k) vencimento antecipado de quaisquer dívidas em operações bancárias e/ou no âmbito do mercado de capitais da Emissora e/ou Fiadora em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e/ou de qualquer das Dívidas Financeiras Endereçadas. O valor mencionado neste item deverá ser corrigido de acordo com a variação acumulada para o respectivo período do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGPM-M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“IGPM”);
- l) vencimento antecipado de quaisquer Debêntures de quaisquer das séries; ou
- m) não manutenção de capital autorizado necessário à conversão da Debêntures da Terceira Série ou das Debêntures da Quarta Série, nos termos previstos na Cláusula 4.6.2 acima.

5.1.2. Eventos de Inadimplemento adicionais das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Quarta Série:

- a) redução de capital social da Emissora, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados, conforme autorizado pela legislação aplicável;
- b) descumprimento de decisão condenatória arbitral definitiva, ou judicial, individualmente ou em conjunto, que resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento pela Emissora e/ou Fiadora de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo que o valor mencionado neste item deverá ser corrigido de acordo com a variação acumulada para o respectivo período do IGPM;
- c) caso quaisquer declarações e garantias prestadas pela Emissora e/ou Fiadora nesta Escritura de Emissão sejam comprovadamente incorretas ou incompletas em qualquer aspecto relevante;
- d) protesto de títulos contra a Emissora e/ou Fiadora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, exceto se, no prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data da intimação do protesto, (i) a Emissora comprovar que referido protesto foi sustado ou cancelado; ou (ii) a Emissora e/ou a Fiadora prestar garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo poder judiciário;
- e) caso esta Escritura de Emissão seja objeto de questionamento judicial pela Emissora e/ou Fiadora e/ou por quaisquer de suas controladas;

- f) violação, pela Emissora e/ou Fiadora e/ou qualquer de suas controladas, da Lei Anticorrupção (conforme abaixo definido);
- g) não manutenção, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário a partir da divulgação das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao período de três meses findo em 30 de junho de 2018 com base nas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora (“Índices Financeiros”):

(i) Dívida Líquida / EBITDA:

Demonstrações Financeiras trimestrais relativas ao exercício social de	Índice (ratio) resultante da apuração do Índice Dívida Líquida / EBITDA aplicável
2018	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 9,0 (nove) vezes.
2019	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 6,5 (seis inteiros e cinco décimos) vezes.
2020	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 5,0 (cinco) vezes.
2021	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes.
A partir do exercício social de 2022 (inclusive)	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 3,0 (três) vezes.

(ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida:

Demonstrações Financeiras trimestrais relativas ao exercício social de	Índice (ratio) resultante da apuração do Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida aplicável
2018	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,0 (uma) vez.

2019	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,0 (uma vez).
2020	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vez.
A partir do exercício social de 2021 (inclusive)	Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 2,0 (duas vezes).

Onde:

(1) “Dívida Líquida” significa o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Emissora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, os valores referentes às ações resgatáveis da Emissora, bem como o diferencial a pagar por operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras), do Contas a Receber (cartão de crédito e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC) com um deságio de 5% (cinco por cento) e o diferencial a receber por operações com derivativos, e sem considerar o saldo devedor (incluindo eventual Remuneração devida e não paga, conforme o caso) das (i) Debêntures da Segunda Série; (ii) Debêntures da Terceira Série; e (iii) de todo e qualquer endividamento subordinado da Emissora;

(2) “EBITDA” corresponde ao lucro líquido consolidado da Emissora antes de despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, amortização e depreciação do resultado não operacional, e da participação de acionistas minoritários apurado (i) de forma acumulada nos últimos 4 (quatro) trimestres anteriores à data de verificação dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, ou, alternativamente, (ii) de forma isolada no trimestre imediatamente anterior à data de apuração dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, multiplicado por 4 (quatro) vezes; dos dois montantes, o que for maior. Para fins desta definição e da consequente apuração dos Índices Financeiros, deverão ser ignorados os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente – AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações).

Para os fins do previsto acima, no caso de aquisição de participação societária, o EBITDA da Emissora será ajustado adicionando-se, proporcionalmente à participação adquirida, os

últimos 4 (quatro) trimestres da(s) sociedade(s) em que a Emissora tenha adquirido participação, conforme item (i) acima, ou, alternativamente, de forma isolada no últimos 3 (três) meses imediatamente anteriores à data de aquisição da participação societária, multiplicado por 4 (quatro) vezes, sendo certo que tais valores deverão estar expostos nas notas explicativas das informações financeiras revisadas e/ou auditadas, conforme o caso, utilizadas para acompanhamento dos Índices Financeiros; e

(3) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, as despesas financeiras (exceto aquelas decorrentes das (i) Debêntures da Segunda Série; (ii) Debêntures da Terceira Série e (iii) de todo e qualquer endividamento subordinado da Emissora) menos as receitas financeiras. Caso a Despesa Financeira Líquida seja negativa (receitas financeiras maiores que despesas financeiras), deverá ser considerado o valor igual a 1 (um). Para fins desta definição e da consequente apuração dos Índices Financeiros, deverão ser ignorados os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente – AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações);

- h) caso as obrigações dos Debenturistas Subordinados estabelecidas no Compromisso de Capitalização (conforme abaixo definidos) não sejam integralmente adimplidas pelos Debenturistas Subordinados até 31 de março de 2018, exceto se a Emissora comprovar que, em decorrência de tal descumprimento, interpôs medida judicial em face dos Debenturistas Subordinados com o objetivo de garantir a execução do Compromisso de Capitalização (conforme abaixo definido) e o cumprimento das obrigações dos Debenturistas Subordinados (conforme abaixo definido) previstas em tal instrumento;
- i) caso a Emissora realize qualquer investimento financeiro que não seja contabilmente definido como disponibilidade, nos termos do *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*;
- j) caso a Emissora realize a concessão de mútuos, empréstimos ou qualquer outra modalidade de crédito a terceiros sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, exceto por mútuos e/ou empréstimos realizados entre a Emissora e suas subsidiárias cuja totalidade do capital seja detido direta ou indiretamente pela Emissora, em qualquer caso em termos consistentes àqueles praticados pelo mercado em operações semelhantes;
- k) caso a Emissora realize qualquer alteração nos mútuos, empréstimos ou qualquer outra modalidade de crédito em que a Emissora tenha a posição de credora de forma a beneficiar os respectivos devedores, exceto com relação a mútuos e/ou empréstimos realizados entre a

Emissora e suas subsidiárias cuja totalidade do capital seja detido direta ou indiretamente pela Emissora;

- l) caso a Companhia utilize os recursos depositados na Conta Reserva (conforme abaixo definido) para outro fim que não uma Amortização Extraordinária Cash Sweep;
- m) descumprimento de qualquer obrigação assumida pela Emissora e/ou pela Liq Corp no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária não sanada em até 20 (vinte) Dias Úteis contados da data do respectivo descumprimento, conforme o caso;
- n) a Emissora realizar a distribuição de dividendos ou qualquer outra forma de remuneração a seus acionistas enquanto o Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora estiver em razão superior a 2,00 (dois inteiros) vezes, exceto (i) no que se refere aos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária da Emissora, realizada em 30 de abril de 2015; ou (ii) por força de disposição legal ou medida judicial;
- o) a Emissora constituir qualquer espécie de ônus ou gravame voluntário sobre qualquer de seus bens ou ativos, incluindo, sem limitação, cessão fiduciária, sobre seus direitos creditórios e/ou recebíveis presentes ou futuros, excetuadas operações de descontos comerciais e a Cessão Fiduciária a ser constituída pela Emissora nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e seguros ou garantias judiciais;
- p) subordinação da dívida representadas pelas Debêntures a qualquer outra dívida financeira, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
- q) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições) e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária; ou
- r) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Fiadora, que implique em alteração da atividade principal atualmente conduzida pela Emissora e/ou pela Fiadora.

5.1.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “i”, “j”, “k”, “l” ou “m” da Cláusula 5.1.1 acima ou “a”, “d”, “e”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” ou “q” da Cláusula 5.1.2 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, de forma que as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

5.1.4. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas Cláusulas 5.1.1 e 5.1.2 acima (que não aqueles indicados na Cláusula 5.1.3. acima), desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que tomar ciência do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas (a) para a série das Debêntures cujo evento ensejar o vencimento antecipado das Debêntures, de forma individual; ou (b) unificada de todas as séries de Debêntures cuja hipótese de vencimento antecipado se aplicar, em conjunto, para deliberar sobre (i) a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da respectiva série, observado o quórum descrito no item 5.1.5 abaixo; ou, (ii) a opção dos Debenturistas em efetuar a conversão das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série, nos termos da Cláusula 4.6 acima, conforme o caso. Não obstante as convocações de Assembleia Geral de Debenturistas serem endereçadas por série das Debêntures, os Debenturistas das demais séries de Debêntures poderão participar de referida Assembleia Geral de Debenturistas na qualidade de terceiros interessados.

5.1.5. Na Assembleia mencionada na Cláusula 5.1.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos nesta Escritura de Emissão, os titulares das Debêntures, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas individuais de cada série das Debêntures ou em conjunto (conforme o caso, nos termos da Cláusula 5.1.4 acima), poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, maioria das Debêntures em Circulação (i) da respectiva série (no caso de deliberações tomadas pelos Debenturistas de uma determinada série) ou (ii) de todas as séries de Debêntures consideradas em conjunto (no caso de deliberações tomadas pelos Debenturistas de todas as séries), por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de tal série ou todas as Debêntures (conforme o caso). A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item, deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

5.1.6. A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

5.1.7. Caso haja o vencimento antecipado das Debêntures de determinada série, a Emissora obriga-se a, a exclusivo critério de cada Debenturista, (a) efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização das Debêntures e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento de Encargos Moratórios; ou (b) efetuar a conversão das Debêntures da Terceira Série e/ou das Debêntures da Quarta Série nos termos da Cláusula 4.6 acima.

5.1.8. Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures de determinada série, deverá ser efetuado pela Emissora, fora do âmbito da B3 - Segmento CETIP UTVM, em até 2 (dois) Dias Úteis contados (i) do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço da Emissora constante desta Escritura de Emissão; ou (ii) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, convocada nos termos da Cláusula 5.1.4 acima, observado o Manual de Normas da B3 – Segmento Cetip UTVM.

5.1.9. Os investidores, ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures nos mercados primário ou secundário, respectivamente, estarão aprovando automática, voluntária, incondicional, irrevogável e irrevogavelmente, independentemente da realização de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, inclusive para os efeitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, (i) a implementação e realização da incorporação da Emissora pela Liq Corp (“Incorporação Previamente Autorizada”), (ii) que, uma vez consumada a Incorporação Previamente Autorizada, os direitos e obrigações da Emissora serão assumidas integralmente pela Liq Corp, sem necessidade de celebração de aditamento à Escritura de Emissão; (iii) que o Agente Fiduciário estará autorizado a celebrar quaisquer documentos necessários para formalização da referida Incorporação Previamente Autorizada, inclusive eventuais aditamentos à Escritura de Emissão que venham a ser solicitados pela CVM ou pela B3; e (iv) que a realização da Incorporação Previamente Autorizada não caracterizará Evento Inadimplemento ou descumprimento às obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se, ainda, a:

a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data de encerramento do exercício social: (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme aplicável, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria dos auditores independentes; e (ii) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente

Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(ii) dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos do término de cada trimestre do exercício social, e não antes da divulgação ao mercado: (i) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas de relatório de revisão especial dos auditores independentes e do relatório da administração; e (ii) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, se aplicável;

(iii) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), nos prazos ali previstos, caso não estejam disponíveis no *site* da CVM na internet;

(iv) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), assim como atas de assembleias gerais da Emissora, caso não estejam disponíveis na página da CVM na rede mundial de computadores, que de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicadas ou, se não forem publicadas, da data em que forem realizadas;

(v) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma justificada e razoável pelo Agente Fiduciário;

(vi) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, em até 1 (um) Dia Útil da data em que tomar ciência de sua ocorrência; e

(vii) enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM 583 (conforme abaixo definido), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os

controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

- b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM;
- d) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- e) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura de Emissão;
- f) manter os documentos mencionados na alínea “(d)” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 5 (cinco) anos;
- g) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM, pela B3 - Segmento CETIP UTVM e/ou pela B3;
- h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- i) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, a B3 - Segmento CETIP UTVM, a B3 e o Agente Fiduciário;
- j) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- k) efetuar o pagamento de todas as despesas prévia e expressamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer

quantia devida aos titulares de Debêntures, desde que a preços de mercado, nos termos desta Escritura de Emissão;

- l) arcar com todos os custos decorrentes (a) da Oferta Restrita e da Emissão, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na B3 - Segmento CETIP UTVM, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de, mas não se limitando a, assessor legal da Oferta Restrita, Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador;
- m) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao depósito das Debêntures para custódia eletrônica na B3 - Segmento CETIP UTVM;
- n) caso seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal, bem como notificar o Agente Fiduciário acerca de tal ação em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da referida citação;
- o) manter, sob sua guarda, por 5 (cinco) anos, ou por prazo maior se solicitado pela CVM, todos os documentos e informações relacionados à Oferta Restrita;
- p) divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis data do seu recebimento, observado ainda o disposto no inciso IV do art. 17 da Instrução CVM 476;
- q) promover todos os atos legais e regulamentares pertinentes para assegurar a plena eficácia e efetividade do exercício do direito de conversão, pelos Debenturistas, das Debêntures da Terceira Série e das Debêntures da Quarta Série em Ações, nos termos da Cláusula 4.6 acima;
- r) na hipótese de contratação pela Emissora e/ou suas subsidiárias de novos endividamentos de qualquer natureza, incluindo, sem limitação, aqueles oriundos de operações de crédito e/ou mercado de capitais realizadas no mercado nacional e/ou internacional pela Emissora, pela Liq Corp e/ou suas respectivas subsidiárias, porém exceto por dívidas de curto prazo da Emissora e/ou suas subsidiárias (“Novos Endividamentos”), (1) destinar 15% (quinze por cento) dos recursos líquidos obtidos pela Emissora, pela Liq Corp e/ou suas respectivas subsidiárias com tal Novo Endividamento (“Valor Disponível Novo Endividamento”) às Amortizações Extraordinárias, sendo o montante remanescente destinado à Conta Livre Movimento, e (2) informar ao Agente Fiduciário a contratação de tal Novo Endividamento em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de celebração dos respectivos instrumentos relacionados a tal contratação;

- s) após decorridos 12 (doze) meses da data do efetivo recebimento, pela Emissora e/ou suas subsidiárias, de novos recursos (“Período de Livre Utilização”) oriundos de (i) aumento de seu capital social privado ou decorrente de oferta e/ou (ii) Novos Endividamentos (já descontado o Valor Disponível Novo Endividamento destinado às Amortizações Extraordinárias Novos Endividamentos nos termos da Cláusula 4.22.1.2 acima) (os itens (i) e (ii), quando em conjunto, são denominados “Nova Captação”), transferir a totalidade dos recursos líquidos de tal Nova Captação que não tiverem sido destinados pela Companhia para (i) qualquer das Contas Receita ou (ii) para a conta indicada no Contrato de Cessão Fiduciária, na qual serão depositados, em cada Data de Transferência, nos termos da Cláusula 4.22 acima, 100% (cem por cento) dos recursos líquidos disponíveis nas Contas Receita (“Conta Reserva”).

Para os fins deste item, a Emissora fica autorizada a manter os recursos decorrentes de uma Nova Captação em conta corrente segregada, a ser comunicada pela Emissora ao Agente Fiduciário quando do ingresso dos recursos da Nova Captação, e a qual será movimentada livre e exclusivamente pela Emissora (“Conta Livre Movimento”), já descontado o montante destinado às Amortizações Extraordinárias Novos Endividamentos previsto na Cláusula 4.22.1.2 acima, pelo Período de Livre Utilização, podendo a Emissora livremente dispor de tais recursos ao longo de tal período. Uma vez findo o Período de Livre Utilização, a Emissora deverá observar o previsto neste item (t), podendo o Agente Fiduciário, a qualquer momento, solicitar esclarecimentos à Emissora visando assegurar a observância do prazo e utilização dos recursos existentes da Conta Livre Movimento;

- t) adotar todas e quaisquer medidas e praticar todas e quaisquer providências que se façam necessárias, inclusive eventuais medidas judiciais, se for o caso, de forma que (i) os titulares das debêntures da 4ª (quarta) emissão de debêntures da espécie subordinada, em 2 (duas) séries, sendo a primeira série composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, e a segunda série composta por debêntures conversíveis em ações, da Emissora (exceto pela Fundação Atlântico de Seguridade Social) (“Debenturistas Subordinados” e “Debêntures Subordinadas”) cumpram, nos termos do compromisso de capitalização e outras avenças celebrados entre a Emissora e os Debenturistas Subordinados em 11 de agosto de 2017, o qual foi enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário (“Compromisso de Capitalização”), com a obrigação de utilizar seus créditos financeiros detidos contra a Emissora representados pelas Debêntures Subordinadas para integralizar novas debêntures, da espécie subordinada, conversíveis em ações, a serem emitidas pela Emissora, as quais terão data de vencimento de um dia útil após a data de vencimento das Debêntures da Quarta Série, com pagamento de juros e amortização de principal em uma única parcela devida em sua data de vencimento, sendo que tal pagamento somente será exigível após o pagamento integral dos credores das Dívidas Financeiras

Endereçadas (excetuadas as Debêntures Subordinadas) (“Novas Debêntures Subordinadas”); e (ii) os Debenturistas Subordinados reinvestam na própria Emissora eventuais dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros prevista no estatuto social da Companhia que recebam na qualidade de acionistas da Companhia;

- u) cumprir a Legislação Socioambiental (conforme abaixo definido), salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da Legislação Socioambiental (conforme abaixo definido), nas esferas administrativa ou judicial; e
- v) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto (1) por aquelas cuja ausência não possa causar (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Emissora e/ou de qualquer controlada; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; e (2) pelas licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, cuja aplicabilidade aos negócios da Emissora esteja sendo discutida pela Emissora de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial, conforme o caso.

6.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora e a Fiadora obrigam-se, ainda, a:

- a) instruir, nos termos pactuados no Contrato de Cessão Fiduciária, seus clientes para que realizem os pagamentos decorrentes de operações comerciais da Emissora e de suas subsidiárias nas contas correntes de captação da Emissora ou de suas subsidiárias (conforme o caso), conforme previstas no Contrato de Cessão Fiduciária (“Contas Receita”), estando vedada instrução em sentido contrário a seus clientes;
- b) manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias, governamentais e de terceiros, exigidas para a validade ou exequibilidade dos documentos da Emissão; e
- c) não se utilizar de trabalho infantil ou análogo a escravo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente

Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas, sendo que a atuação do Agente Fiduciário se limita ao escopo da Instrução CVM 583, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações.

7.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- a) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 6º da Instrução CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016 (“Instrução CVM 583”), que substituiu a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todas suas Cláusulas e condições;
- d) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculante e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem ou violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Instrução CVM 583;
- h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- j) a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora e no limite das informações

fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas; e

- k) para fins do disposto na Instrução CVM 583, na data de assinatura da presente Escritura, que não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto pelas emissões de debêntures da Emissora abaixo destacadas. Adicionalmente, o Agente Fiduciário declara que atuará como agente fiduciário da 6ª emissão pública de debêntures da Liq Participações S.A., após sua subscrição e integralização:

Emissão	1ª Emissão Pública de Debêntures da Liq Participações S.A.
Valor Total da Emissão	R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais)
Quantidade	40.000 (quarenta e mil)
Espécie	Quirografária
Garantia	Fiança da Liq Corp S.A. (nova denominação de Contax Mobitel S.A.)
Data de Vencimento	15 de agosto de 2030.
Remuneração 1ª série	100% da Taxa DI + 1,25% a.a. (até 14.12.19 inclusive)) 100% da Taxa DI + 2,50% a.a. (até a Data de Vencimento (inclusive))
Remuneração 2ª série	6,80 % (até 03.02.16 (inclusive)) 7,8448% (até a Data de Vencimento)

Emissão	1ª Emissão de Debêntures da CTX Participações S.A., cujas obrigações foram assumidas integralmente pela Liq Participações S.A.
Valor Total da Emissão	R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais)
Quantidade	55 (cinquenta e cinco)
Espécie	Quirografária
Garantia	N/A
Data de Vencimento	15 de agosto de 2030.
Remuneração	100% da Taxa DI + 1,25% a.a. (até 14.12.19 inclusive)) 100% da Taxa DI + 2,50% a.a. (até a Data de Vencimento (inclusive))

Emissão	6ª Emissão Pública de Debêntures da Liq Participações S.A.
Valor Total da Emissão	R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais)
Quantidade	130.000.000,00 (cento e trinta milhões)
Espécie	Subordinada
Garantia	N/A
Data de Vencimento	30 de dezembro de 2035
Remuneração	100% da Taxa DI + 2,50% a.a.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures (a ser definida) ou até sua efetiva substituição.

7.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão a remuneração equivalente a parcelas anuais no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) cada uma, sendo devida a primeira parcela no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes, até o vencimento da emissão ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas. Tais parcelas serão devidas até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

7.4.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantias; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias; (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

7.4.2. No caso de celebração de aditamentos a Escritura de Emissão (que não o Aditamento previsto no Anexo II), bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

7.4.3. O pagamento das parcelas de remuneração deverão ser feitos ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário, incluindo, mas não se limitando: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) e outros tributos que porventura venham a incidir sobre tal remuneração, nas alíquotas vigentes, incluindo quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

7.4.4. Os valores mencionados nesta Cláusula 7 serão atualizados sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da assinatura desta Escritura de Emissão, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“IGPM”), ou, na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo.

7.4.5. Os serviços ora previstos são aqueles descritos na Instrução CVM nº 583 e Lei das Sociedades por Ações.

7.4.6. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos investidores e ressarcidas pela Emissora.

7.4.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

7.4.8. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

7.4.9. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento

de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

7.4.10. A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício das funções de Agente Fiduciário, quais sejam: publicações, taxas, emolumentos, registros, cópias xerográficas, ligações interurbanas, reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas (incluindo transporte e alimentação), despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços a serem cobertas pela Emissora.

7.4.10.1. A Emissora deverá efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoavelmente incorridos e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão, compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (i) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (ii) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (iii) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (iv) despesas com conferências telefônicas e contatos telefônicos.

7.4.11. Eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário, alteração nas características ordinárias da Emissão, facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários ora propostos.

7.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição;
- c) conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP e nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- h) solicitar às expensas da Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;

- j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos da Instrução CVM 583, a fim de descrever os fatos relevantes ocorridos durante o exercício relativos à execução das obrigações assumidas pela Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período com efeitos relevantes para os Debenturistas;
 - c. comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital do emissor relacionados a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
 - d. quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação e saldo cancelado no período;
 - e. constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - f. destinação dos recursos captados por meio da emissão de Debêntures, conforme informações prestadas pela Emissora;
 - g. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - h. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - i. manutenção da suficiência e exequibilidade das garantias;

- j. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizados no período; e
- k. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de valores mobiliários emitidos; (iv) espécie e garantias envolvidas; (v) prazo de vencimento das debêntures e taxa de juros; e (vi) inadimplemento pecuniário no período;
- m) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “l” acima em sua página na rede mundial de computadores no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora;
- n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador e à B3 - Segmento CETIP UTVM, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a B3 - Segmento CETIP UTVM a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas;
- o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- p) comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas na presente Escritura de Emissão, incluindo as obrigações relativas à Fiança e as cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis a contar de sua ciência;
- q) verificar e divulgar diariamente o cálculo efetuado pela Emissora do preço unitário das Debêntures, disponibilizando-o em sua página na rede mundial de computadores (www.oliveiratrust.com.br);

- r) exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os titulares das Debêntures; e
- s) informar aos Debenturistas, assim que seja comunicado pela Emissora ao Agente Fiduciário, a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- b) requerer a falência da Emissora;
- c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas a) a d) acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da maioria absoluta das Debêntures em Circulação da respectiva série.

7.7. Nas hipóteses de ausência impedimentos temporários, renúncia, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, falência ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo

Agente Fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior a ora avençada.

7.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

7.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 583 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

7.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.3 acima.

7.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos desta Escritura de Emissão.

7.7.5.2. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no Artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”), observado que:

(a) quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries, os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries, sendo que, neste caso, (i) os quóruns de convocação e instalação serão computados em conjunto; e (ii) as deliberações dos Debenturistas das diferentes séries das Debêntures serão computadas em conjunto para fins de formação dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão; e

(b) quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Debenturistas da respectiva série poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso.

8.1.1. Os procedimentos previstos nesta Cláusula Oitava serão aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas de todas as séries, quando realizadas em conjunto, e às Assembleias Gerais de Debenturistas de cada uma das respectivas séries, quando realizadas individualmente, conforme o caso, nos termos dos itens “(a)” e “(b)” da Cláusula 8.1 acima, sendo que os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures de todas as séries, quando as Assembleias Gerais de Debenturistas forem realizadas conjuntamente, ou o total de Debêntures da respectiva série, quando as Assembleias Gerais de Debenturistas forem realizadas individualmente, conforme o caso.

8.2. Para deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita: (a) pelo Agente Fiduciário, (b) pela Emissora, (c) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série ou (d) pela CVM.

8.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias

corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

8.5. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença dos Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série, e, em segunda convocação, com qualquer *quórum*.

8.6. A presidência caberá a pessoa eleita, representante de um dos Debenturistas presentes, ou àquele que for designado pela CVM.

8.7. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Todas as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, (i) a maioria das Debêntures em Circulação, quando se tratar de deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as séries; ou (ii) a maioria das Debêntures em Circulação de uma determinada série, quando se tratar de deliberações que digam respeito especificamente aos Debenturistas de uma determinada série, observado o disposto na Cláusula 8.9 abaixo.

8.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, observados os *quóruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da respectiva série, na medida em que tais deliberações se relacionem a uma série especificamente ou à ambas as séries de forma indistinta, conforme aplicável, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.9. Não estão incluídos nos quóruns a que se refere a Cláusula 8.7 acima (i) os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e (ii) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) do prazo de vencimento das Debêntures, (b) dos valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (c) das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 5.1 acima; (d) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (e) alteração das obrigações da Emissora estabelecidas na Cláusula 6.1. desta Escritura de Emissão; ou (f) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Oitava. A não adoção de qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão, que vise à defesa dos direitos e interesses dos Debenturistas, incluindo a renúncia definitiva ou temporária de direitos (*waiver*) deve ser aprovada mediante deliberação da maioria absoluta (i) da respectiva série de Debêntures (no caso de deliberações aplicáveis exclusivamente aos Debenturistas de uma determinada série) ou (ii) de

todas as séries de Debêntures consideradas em conjunto (no caso de deliberações tomadas pelos Debenturistas de todas as séries).

CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

9.1. A Emissora neste ato declara e garante aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- a) é uma sociedade por ações de capital aberto devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou violam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladas diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já previstos nesta Escritura de Emissão, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladas diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladas diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou

para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição da RCA da Oferta na JUCESP e da AGE da Fiadora na JUCERJA, e (ii) o depósito das Debêntures na B3 - Segmento CETIP UTVM;

- f) não se utiliza de trabalho infantil ou análogo a escravo e não tem conhecimento sobre a existência, nesta data, contra si ou suas controladas, de condenação em processos judiciais ou administrativos relacionados a infrações ou crimes ambientais ou ao emprego de trabalho escravo ou infantil;
- g) cumpre e envida seus melhores esforços para que suas respectivas subsidiárias, seus conselheiros e diretores estatutários, no exercício de suas funções, cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei n.º 12.846/13, e, na medida em que aplicáveis a suas atividades, do *Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)*, da *OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions* e do *UK Bribery Act (UKBA)*, sem prejuízo das demais legislações anticorrupção (“Lei Anticorrupção”), na medida em que: (a) adota programa de integridade, nos termos do Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, visando a garantir o fiel cumprimento das leis indicadas anteriormente; (b) conhece e entendem as disposições da Lei Anticorrupção, bem como não adotam quaisquer condutas que infrinjam a Lei Anticorrupção; (c) seus diretores estatutários, membros de seu conselho de administração, representantes legais e procuradores, no seu conhecimento, não foram condenados por decisão administrativa definitiva ou judicial transitada em julgado em razão da prática de atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção;
- h) cumpre e envida seus melhores esforços para que suas respectivas subsidiárias cumpram a legislação e regulamentação trabalhista, incluindo aquelas relacionadas à saúde e segurança ocupacional, bem como a legislação e regulamentação relacionadas ao meio ambiente, aplicáveis às suas atividades (“Legislação Socioambiental”), salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora ou suas subsidiárias estejam discutindo a aplicabilidade da Legislação Socioambiental, nas esferas administrativa ou judicial;
- i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela B3 - Segmento CETIP UTVM, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé; e
- j) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4

(quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

9.2. A Fiadora neste ato declara e garante aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Fiadora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- c) é uma sociedade por ações de capital fechado devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou violam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Fiadora (e/ou suas controladas diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto por aqueles já previstos nesta Escritura de Emissão, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Fiadora (e/ou suas controladas diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Fiadora (e/ou suas controladas diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da AGE da Fiadora na JUCERJA;
- f) cumpre, em todos os aspectos, todas as normas e leis trabalhistas e relativas a saúde e segurança do trabalho, salvo nos casos em que, de boa-fé, a Fiadora esteja discutindo a aplicabilidade das

normas e leis trabalhistas e relativas a saúde e segurança do trabalho, nas esferas administrativa ou judicial;

- g) não se utiliza de trabalho infantil ou análogo a escravo e não tem conhecimento sobre a existência, nesta data, contra si ou suas controladas, de condenação em processos judiciais ou administrativos relacionados a infrações ou crimes ambientais ou ao emprego de trabalho escravo ou infantil;
- h) cumpre e envida seus melhores esforços para que suas respectivas subsidiárias, seus conselheiros e diretores estatutários, no exercício de suas funções, cumpram a Lei Anticorrupção, na medida em que: (a) adota programa de integridade, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, visando a garantir o fiel cumprimento das leis indicadas anteriormente; (b) conhece e entendem as disposições da Lei Anticorrupção, bem como não adotam quaisquer condutas que infrinjam a Lei Anticorrupção; (c) seus diretores estatutários, membros de seu conselho de administração, representantes legais e procuradores, no seu conhecimento, não foram condenados por decisão administrativa definitiva ou judicial transitada em julgado em razão da prática de atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção; e
- i) cumpre e envida seus melhores esforços para que suas respectivas subsidiárias cumpram a Legislação Socioambiental, salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da Legislação Socioambiental, nas esferas administrativa ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

Liq Participações S.A.

Endereço: Avenida Paulista, nº 407, 8º andar, São Paulo, SP, CEP 01311-000

At.: Sr. Nelson Armbrust (Diretor Presidente) / Cristiane Almeida de Souza Cé (Diretora Jurídica)

Tel.: (11) 3131-9300

Fac-símile: (11) 3131-9300

E-mail: nelson.armbrust@contax.com.br / cristiane.ce@contax.com.br

(ii) Para a Fiadora:

Liq Corp S.A.

Endereço: Avenida Paulista, nº 407, 8º andar, São Paulo, SP, CEP 01311-000
At.: Sr. Nelson Armbrust (Diretor Presidente) / Cristiane Almeida de Souza Cé (Diretora Jurídica)
Tel.: (11) 3131-9300
Fac-símile: (11) 3131-9300
E-mail: nelson.armbrust@contax.com.br / cristiane.ce@contax.com.br

(iii) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust DTVM S.A.

Endereço: Avenida das Américas, nº 3434, sala 201, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-102
At.: Srs. Antonio Amaro / Maria Carolina Abrantes Lodi de Oliveira
Tel.: (21) 3514-0000
Fac-símile: (21) 3514-0099
E-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / maria.carolina@oliveiratrust.com.br

(iv) Para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio Souza Aranha, nº 100, CEP 04344-902, São Paulo, SP
At.: Sr. Luiz Petito
Tel.: (11) 2740-2596
E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

(v) Para o Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3500, 3º andar, CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Luiz Petito
Tel.: (11) 2740-2596
E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

(vi) Para a B3 - Segmento CETIP UTVM:

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM

Praça Antonio Prado, 48 – 2º andar
São Paulo, SP - CEP 01010-901
At.: Superintendência de Renda Fixa de Valores Mobiliários
Tel.: 0300 111 1596
Correio Eletrônico: valores.mobiliários@b3.com.br

(vii) Para a B3:

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

Aos cuidados de: Viviane El Banate Basso
Endereço: Praça Antônio Prado, 48, 4º andar
Brasil - São Paulo/SP – CEP: 01010-911
Telefone: (+5511) 2565-4371
Fax: (+5511) 2565-5608
E-mail: vbasso@bvmf.com.br

10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. O cumprimento, pelas Partes, das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, na forma regulamentar vigente, está condicionado à celebração, pela Emissora e demais partes, do Contrato de Distribuição.

11.4. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.5. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.6. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e III do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.8. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 6 (seis) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 1 de março de 2018.

(páginas de assinaturas seguem a seguir)

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

(PÁGINA DE ASSINATURAS (1/3) DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ 4 (QUATRO) SÉRIES, SENDO A PRIMEIRA E A SEGUNDA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, E A TERCEIRA E A QUARTA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.)

LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

LIQ CORP S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(PÁGINA DE ASSINATURAS (2/3) DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ 4 (QUATRO) SÉRIES, SENDO A PRIMEIRA E A SEGUNDA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, E A TERCEIRA E A QUARTA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(PÁGINA DE ASSINATURAS (3/3) DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ 4 (QUATRO) SÉRIES, SENDO A PRIMEIRA E A SEGUNDA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, E A TERCEIRA E A QUARTA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.)

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO I

RELAÇÃO DE DÍVIDAS FINANCEIRAS ENDEREÇADAS NA DATA DE EMISSÃO

INSTRUMENTO DE DÍVIDA		CREDOR	EMISSIONA / DEVEDORA
Debêntures	1ª emissão – 1ª série	Debenturistas	Liq Participações S.A. (“ <u>Liq</u> ”)
	1ª emissão – 2ª série	Debenturistas	Liq
Debêntures	1ª emissão CTX – série única	Debenturistas	Liq
Debêntures	2ª emissão – 1ª série	Debenturistas	Liq
	2ª emissão – 2ª série (ou instrumento que venha a substituir as debêntures da 2ª série da 2ª emissão da Emissora, como, por exemplo, a Dívida BB)	Debenturistas	
Debêntures	3ª emissão – série única	Debenturistas	Liq
Financiamento Direto	Crédito detido pelo Santander contra a Liq Corp no âmbito do Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181049512, celebrado entre a Liq Corp e o Santander, em 19 de setembro de 2012, conforme aditado em 03 de fevereiro de 2016, em razão da execução da fiança prestada pelo Santander no âmbito de tal instrumento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“ <u>BNDES</u> ”) no âmbito do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 12.2.0871.1.	Banco Santander (Brasil) S.A. (“ <u>Santander</u> ”)	Liq Corp S.A. (“ <u>Liq Corp</u> ”)

Financiamento Direto	Crédito detido pelo Itaú contra a Liq Corp no âmbito do Contrato de Prestação de Fiança nº 100411040075600, celebrado entre a Liq Corp e o Itaú, em 06 de maio de 2011, conforme aditado em 19 de outubro de 2011, 22 de maio de 2013 e 04 de fevereiro de 2016, em razão da execução da fiança prestada pelo Itaú no âmbito de tal instrumento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“ <u>BNDES</u> ”) no âmbito do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0098.1.	Itaú Unibanco S.A. (“ <u>Itaú</u> ”)	Liq Corp
Financiamento Direto	Cédula de Crédito Bancário Convênio Nº 100116030008700	Itaú	Liq Corp
Financiamento Direto	Cédula de Crédito Bancário Convênio Nº 100116030008900	Itaú	Liq Corp

ANEXO II

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO

[•]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ 4 (QUATRO) SÉRIES, SENDO A PRIMEIRA E A SEGUNDA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, E A TERCEIRA E A QUARTA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.

celebrado entre

LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.

como Emissora,

LIQ CORP S.A.

como Fiadora,

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
[•] de [•] de [•]

[●]º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ 4 (QUATRO) SÉRIES, SENDO A PRIMEIRA E A SEGUNDA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, E A TERCEIRA E A QUARTA SÉRIES COMPOSTAS POR DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.

Por este “[●]º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 4 (Quatro) Séries, sendo a Primeira e a Segunda Séries Compostas por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, e a Terceira e a Quarta Séries Compostas por Debêntures Conversíveis em Ações, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Liq Participações S.A.” (“Aditamento”):

LIQ PARTICIPAÇÕES S.A. (atual denominação de CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.), sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 407, 8º andar, CEP 01311-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 04.032.433/0001-80, neste ato representada na forma de seu estatuto social por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora” ou “Companhia”);

Como fiadora das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito das Debêntures e da Escritura de Emissão (conforme abaixo definidos):

LIQ CORP S.A. (atual denominação de CONTAX-MOBITEL S.A.), sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beneditinos, nº15/17, parte, centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.313.221/0001-90, neste ato representada na forma de seu estatuto social por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Fiadora” ou “Liq Corp”); e

Como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido):

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) (“Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu estatuto social por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”);

Sendo, a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”,

PREÂMBULO

CONSIDERANDO QUE:

(A) em reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 1 de março de 2018, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em [●] de [●] de 2018, sob o nº [●], e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”); e (ii) jornal Folha de São Paulo, edição nacional em [●] de [●] de 2018 (“RCA da Oferta”), foi aprovada a realização e os termos e condições da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 4 (Quatro) Séries, sendo a Primeira e a Segunda Séries Compostas por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, e a Terceira e a Quarta Séries Compostas por Debêntures Conversíveis em Ações, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Liq Participações S.A. (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”);

(B) em 1 de março de 2018 a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário celebraram o “*Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 4 (Quatro) Séries, sendo a Primeira e a Segunda Séries Compostas por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, e a Terceira e a Quarta Séries Compostas por Debêntures Conversíveis em Ações, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Liq Participações S.A.*”, o qual foi arquivado perante a JUCESP em [●] de [●] de 2018, sob o nº [●] (“Escritura”); e

(C) Tendo em vista [o cancelamento da [●]ª série das Debêntures] [e] [a alteração do número de Debêntures] em razão de sua distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita;

RESOLVEM as Partes por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Aditamento à Escritura, de acordo com as cláusulas e condições a seguir.

Os termos iniciados em letra maiúscula no presente Aditamento, estejam no singular ou no plural, que não estejam de outra forma definidos neste Aditamento, ainda que posteriormente ao seu uso, terão o significado a eles atribuído na Escritura.

CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO E ARQUIVAMENTO

1.1. O presente Aditamento é celebrado de acordo com a ata da RCA da Oferta e com o previsto nas Cláusulas 3.4.1.1 e 4.2.1.1.

1.2. Este Aditamento será arquivado na JUCESP, nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (i) da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (ii) da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITAMENTO À ESCRITURA

2. Considerando a distribuição parcial das Debêntures no âmbito da Oferta Restrita [e o cancelamento das Debêntures da [●] Série], resolvem as partes:

2.1. Alterar as Cláusulas 3.4, 3.5.1 e 4.2 da Escritura, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1 O valor total da Emissão é de R\$[●] ([●] reais) (“Valor Total da Emissão”), sendo que o valor total:

(e) das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) é de R\$[●] ([●] reais), na Data de Emissão das Debêntures (conforme abaixo definido);

(f) das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) é de R\$[●] ([●] reais), na Data de Emissão das Debêntures (conforme abaixo definido);

(g) *das Debêntures da Terceira Série (conforme abaixo definido) é de R\$[●] ([●] reais), na Data de Emissão das Debêntures (conforme abaixo definido); e*

(h) *das Debêntures da Quarta Série (conforme abaixo definido) é de R\$[●] ([●] reais), na Data de Emissão das Debêntures (conforme abaixo definido).”*

(...)

“3.5.1 A Emissão foi realizada, inicialmente, em 4 (quatro) séries, compostas, respectivamente, pelas Debêntures da Primeira Série, pelas Debêntures da Segunda Série, pelas Debêntures da Terceira Série e pelas Debêntures da Quarta Série (conforme tais termos são definidos abaixo). Não obstante, as Debêntures da [●] Série foram canceladas, de forma que todas as referências às Debêntures da [●] Série devem ser consideradas sem efeito.”

“4.2 Quantidades de Debêntures

4.2.1 Serão emitidas [●] ([●]) Debêntures, sendo:

(e) *[●] ([●]) debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”);*

(f) *[●] ([●]) debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”);*

(g) *[●] ([●]) debêntures da terceira série (“Debêntures da Terceira Série”); e*

(h) *[●] ([●]) debêntures da quarta série (“Debêntures da Quarta Série”).”*

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e respectivos aditamentos que não foram expressamente alterados por este Aditamento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

4.2. Fica eleito o foro da Comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento e da Escritura.

[local], [●] de [●] de [●]

[assinaturas]